Insper

Mestrado Profissional em Políticas Públicas

Laura Almeida Ramos de Abreu

Complementaridade entre políticas públicas: transferência de renda e serviços produtivos para inclusão produtiva

São Paulo

2023

Laura Almeida Ramos de Abreu

Complementaridade entre políticas públicas: transferência de renda e serviços produtivos para inclusão produtiva

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Políticas Públicas como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.
Orientador: Prof. Ricardo Paes de Barros
Co-orientadora: Profa. Laura Muller Machado

São Paulo

2023

Laura Almeida Ramos de Abreu

Complementaridade entre políticas públicas: transferência de renda e serviços produtivos para inclusão produtiva

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Políticas Públicas como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.
Orientador: Prof. Ricardo Paes de Barros
Co-orientadora: Profa. Laura Muller Machado

Banca examinadora

_____

Ricardo Paes de Barros
Insper

_____

Laura Muller Machado
Insper

_____

Carolina Pedrosa Gomes de Melo
Insper

_____

André Portela Fernandes de Souza
FGV-EESP

AGRADECIMENTOS

Aos meus orientadores, mentores e colegas de trabalho, Ricardo Paes de Barros e Laura Muller Machado, pela sua imensa generosidade em compartilhar conhecimento. Suas contribuições não apenas enriqueceram este trabalho, mas também minha compreensão mais ampla sobre ciência e políticas públicas. Não posso deixar de agradecer também pelas oportunidades extraordinárias que me proporcionaram para apresentar este trabalho a gestores públicos de diferentes partes do Brasil. Cada um desses momentos contribuiu para a evolução dessa dissertação, e foram fonte de inspiração para a minha jornada no campo de públicas.

Aos professores Sandro Cabral e Carolina Melo pelas trocas e conversas sempre cheias de entusiasmo que me incentivaram durante o mestrado. Ao Insper, pela oportunidade e bolsa concedida, fundamentais para realização deste trabalho.

Ao Rafael, por compartilhar comigo a vida e as diferentes fases dela, tornando todos os nossos dias mais alegres e divertidos.

Aos meus pais, Madalena e Fabio, pelo apoio incondicional ao longo de toda a minha vida. A Bel e Vitor, pela nossa amizade constante. A Carolina e João, que são fonte inesgotável de alegrias. A Mariângela, Renato e Daniel, pelos muitos momentos felizes que temos juntos.

RESUMO

Esta dissertação de mestrado aborda a persistência da pobreza no Brasil e a necessidade de políticas públicas eficazes para a inclusão produtiva dos mais pobres, a fim de que superem a pobreza. A pesquisa investiga a complementaridade entre transferências de renda e serviços produtivos na promoção da inclusão produtiva, sustentando a hipótese de que sua implementação coordenada é mais eficaz. Um arcabouço teórico desenvolvido explora os mecanismos dessa complementaridade.

A pesquisa se divide em quatro partes: revisão teórica sobre a complementaridade, aplicação da teoria a transferências de renda e serviços produtivos, revisão sistemática da literatura em busca de estudos que confirmem a complementaridade e apresentação do arcabouço teórico. Ela destaca uma complementaridade assimétrica entre transferências e serviços produtivos, em que as transferências aprimoram o ambiente dos mais pobres e influenciam suas atitudes para estimular esforços na superação da pobreza. Apesar de limitações, como a falta de estudos empíricos em diferentes contextos, evidências e teoria indicam que a combinação de transferências de renda e serviços produtivos é promissora para promover a inclusão produtiva e superar a pobreza. Para isso, há implicações sobre a forma, previsibilidade, magnitude e focalização para o desenho das políticas de transferências de renda.

Palavras-chave: políticas públicas; transferências de renda; inclusão produtiva; complementaridade; superação da pobreza.

ABSTRACT

This master's thesis addresses the persistence of poverty in Brazil and the need for effective public policies to promote the productive inclusion of the poorest, in order for them to overcome poverty. The research investigates the complementarity between income transfers and productive services in promoting productive inclusion, supporting the hypothesis that their coordinated implementation is more effective. A developed theoretical framework explores the mechanisms of this complementarity.

The research has four parts: a theoretical review of complementarity, the application of the theory to income transfers and productive services, a systematic literature review to identify studies confirming complementarity, and the presentation of the theoretical framework. It highlights an asymmetric complementarity between transfers and productive services, where transfers enhance the environment for the poorest and influence their attitudes to stimulate efforts in overcoming poverty.

Despite limitations, such as the lack of empirical studies in different contexts, evidence and theory indicate that the combination of income transfers and productive services holds promise for promoting productive inclusion and overcoming poverty. This entails implications regarding the form, predictability, magnitude, and targeting for the design of income transfer policies.

Keyword: public policies; cash transfers; productive inclusion; complementarity; poverty alleviation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Diferentes formas de complementaridade, por Chooi, Poon e Davis (2008).....16
Figura 2 – Diferentes formas de complementaridade.....17
Figura 3 – Complementaridade assimétrica crítica entre transferências de renda e serviços produtivos.....22
Figura 4 – Mecanismos e canais do atendimento ao consumo produtivo.....44
Figura 5 – Mecanismos e canais para segurança.....45
Figura 6– Mecanismos e canais para permitir investimentos.....47
Figura 7 – Mecanismos e canais para promoção do engajamento e do aproveitamento em oportunidades produtivas.....50

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Mapa de impactos 27
Quadro 2 – Comparação dos estudos selecionados: estratos observados na avaliação 28
Quadro 3 – Comparação dos estudos selecionados: impactos estimáveis 29
Quadro 4 – Comparação dos estudos selecionados: resumo 31
Quadro 5 – Comparação dos estudos selecionados: diferença entre o desempenho da interação (c) e o desempenho dos serviços produtivos (b) em variáveis da inclusão produtiva 37

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 9

2 COMPLEMENTARIDADES ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS 13

3 CONSTRUÇÃO DA CONJECTURA SOBRE A COMPLEMENTARIDADE ENTRE TRANSFERÊNCIAS DE RENDA E SERVIÇOS PRODUTIVOS PARA A INCLUSÃO PRODUTIVA 19

4 EVIDÊNCIA SOBRE A COMPLEMENTARIDADE ENTRE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E INCLUSÃO PRODUTIVA 24

4.1 Levantamento das evidências 24

4.2 Descrição e sistematização das evidências 30

5 MECANISMOS DE COMPLEMENTARIDADE ENTRE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E INCLUSÃO PRODUTIVA 39

5.1 Condições e premissas para que a interação seja complementar 39

5.2 Canais para complementaridade 41

5.2.1 Condições para o acesso efetivo às oportunidades 42

5.2.1.1 Atender ao consumo produtivo 43

5.2.1.2 Promover a segurança 44

5.2.1.3 Permitir investimentos 45

5.2.2 Promoção do engajamento em oportunidades produtivas 47

5.2.2.1 Desenvolvimento de aspirações para superar a pobreza 47

5.3 Limites para existir a complementaridade 50

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 52

REFERÊNCIAS 55

APÊNDICE A – LEVANTAMENTO INICIAL DE ESTUDOS 60

APÊNDICE B – VARIÁVEIS DE RESULTADO OBSERVADAS NOS ESTUDOS PRÉ-SELECIONADOS 61

1 INTRODUÇÃO

Apesar do esforço de diferentes governos, a pobreza continua a ser um desafio que precisa ser superado, principalmente com a eficácia das políticas públicas. O Brasil já assumiu compromissos sociais e institucionais suficientes que explicitam o interesse e a vontade política para reduzir a pobreza, como citado no artigo 3º da Constituição Federal, ou no primeiro objetivo de desenvolvimento sustentável (ODS) pactuado em conjunto com a Organização das Nações Unidas (ONU). Além de comprometimento, as políticas públicas brasileiras já chegaram a mostrar resultados efetivos, principalmente na primeira década dos anos 2000, com uma redução de onze pontos percentuais no grau da extrema pobreza brasileira (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010)[1]. Contudo, a persistência desse desafio na atualidade indica que é necessário mais trabalho para aprimorar e desenvolver políticas públicas cada vez mais eficazes para redução da pobreza. No Brasil, desde 2015, é observada uma tendência de aumento na proporção da população em situação de extrema pobreza e pobreza. Enquanto em 2014 aproximadamente 6% da população brasileira viviam com uma renda familiar de até R$218,00 mensais *per capita*, em 2022 essa proporção sofreu um aumento de dois pontos percentuais, ou seja, mais 4 milhões de pessoas passaram a viver em situação de extrema pobreza no país[2] (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2022a; 2022b).

Ao decompor os fatores que levaram a essa mudança na tendência, fica evidente a importância de promover a inclusão produtiva dos mais pobres. Entre 2014 e 2022 a taxa de ocupação e a renda do trabalho dos 10% mais pobres foi reduzida pela metade, enquanto o acesso a renda através de transferências teve uma relevante expansão; isso indica que o principal determinante para o aumento na pobreza dos últimos anos foi a falta de acesso ao trabalho (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2022a; 2022b). Essa problemática coloca em questão se a política social brasileira oferece estratégias suficientes para promover a inclusão produtiva dos mais pobres, e, portanto, para garantir o acesso ao que é um direito social, o trabalho. Por definição, entende-se que a inclusão produtiva contempla as

---

[1] No ano 2000, 20% dos brasileiros estavam em situação de extrema pobreza, enquanto em 2010 eram 9%. Notas: (1) Ao se fazer a distribuição de pessoas segundo a renda domiciliar *per capita*, a linha da extrema pobreza equivale a R$218 por pessoa por mês. (2) Os valores anuais são referentes à média móvel entre o ano de referência, o ano anterior e o posterior. (3) Devido à mudança da pesquisa ocorrida entre 2012 e 2015 entre a PNAD e a PNADC, a série de 1992 a 2011 foi ajustada considerando a variação anual obtida a partir da PNAD nesse período.

[2] Considera-se que a população brasileira em 2022 foi de 203.062.512 habitantes, de acordo com o Censo 2022 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2022b).

diferentes estratégias capazes de promover o acesso dos mais pobres a uma renda gerada de forma autônoma, pela via do trabalho decente:

> (...) geração de trabalho e renda de maneira estável e decente para as populações em situação de pobreza e/ou vulnerabilidade social, de modo a facilitar a superação de processos crônicos de exclusão social. (VAHDAT *et al*., 2019, p. 23).

Portanto, para que as políticas públicas sejam eficazes em reduzir a pobreza brasileira atual, será necessário que, impreterivelmente, elas também sejam capazes de atuar em um dos principais determinantes para essa situação, ou seja, elas precisam promover a inclusão produtiva. Contudo, há evidências suficientes que mostram que as políticas que ofertam serviços e bens para os mais pobres, ou que realizam transferências, têm impactos positivos em reduzir a pobreza, tornando-as também indispensáveis (BASTAGLI *et al*., 2016). Sendo assim, a pobreza parece ser um desafio público que pode ser reduzido com diferentes estratégias, enquanto a superação dessa situação requer um esforço de estratégias que encaminhem os mais pobres a uma inclusão para o mundo do trabalho e, assim, para a própria autonomia.

É importante diferenciar que, dentre as estratégias capazes de reduzir a pobreza monetária das famílias, há aquelas que tratarão do alívio e aquelas que tratarão da superação da situação de pobreza. Políticas públicas, quando são direcionadas para satisfazer as necessidades básicas de consumo, sem que necessariamente modifiquem as capacidades dos beneficiários para uma vida autônoma, serão consideradas políticas que promovem o alívio da pobreza. Por outro lado, as políticas capazes de transformar as capacidades dos indivíduos, tornando-os aptos a gerar, com autonomia, os recursos de que precisam para perseguir as próprias aspirações, serão consideradas políticas de superação da pobreza (CARVALHO, 2006). As políticas para a inclusão produtiva estão consideradas dentro desse segundo grupo de estratégias, como serviços produtivos que contemplam a oferta de crédito, capacitações e formações profissionais, assistências técnicas, intermediação de mão de obra, dentre outros serviços. Já as transferências de renda são reconhecidas estratégias do primeiro grupo, de alívio.

Formuladores de políticas públicas têm percebido que, para superar a pobreza, precisam fazer o uso de diferentes estratégias em conjunto. Importantes iniciativas apontaram o potencial de combinar estratégias como as políticas tradicionais de transferências de renda e os serviços produtivos. O Plano Brasil Sem Miséria, referência no contexto brasileiro sobre políticas para superação da pobreza, tinha como pilares de sua atuação a oferta de transferências, de serviços públicos e de serviços produtivos. Já a abordagem *Graduation Approach*, avaliada e reconhecida por seu impacto em diversos países, também combina ações de alívio com ações de superação, como assistência técnica, crédito produtivo e transferências de renda. Essas

experiências evidenciam os impactos positivos robustos que a atuação conjunta dessas políticas produz na redução da pobreza; também conseguem de fato promover a inclusão produtiva para garantir que a superação seja alcançada (BANERJEE *et al.*, 2015). Considerando, portanto, que o acesso ao trabalho decente é determinante para combater a extrema pobreza, como tornar mais eficazes as políticas públicas que buscam a inclusão produtiva? Seria essencial para a inclusão produtiva realizar a combinação dos serviços produtivos com políticas de alívio? Essa parecer ser a hipótese que baseou o trabalho de formuladores de iniciativas exitosas, como Plano Brasil Sem Miséria, *Graduation Approach* e Chile Solidário (CAMPELLO; FALCÃO; COSTA, 2014; BANERJEE *et al*., 2015; BARROS; MACHADO, 2022).

Nesse sentido, o presente trabalho busca contribuir para o entendimento sobre a interação entre ambas as estratégias de políticas públicas. O primeiro objetivo é investigar se há um maior impacto na inclusão produtiva quando transferências de renda são implementadas em conjunto com serviços produtivos. Dessa forma, esta investigação analisará se há evidências que sustentem a hipótese sobre a existência de complementaridade entre transferências e serviços produtivos. Em um segundo momento, o foco da dissertação está em desenvolver um arcabouço que apresenta os possíveis canais e mecanismos pelos quais essa complementaridade aconteceria, organizando diferentes conjecturas que expliquem a teoria de mudança sobre como a interação entre ambas as políticas públicas promoveria uma melhor inclusão produtiva.

A pesquisa está organizada em quatro capítulos que buscam responder à pergunta: por que políticas de transferência de renda seriam complementares a serviços produtivos para garantir a inclusão produtiva? Para isso, o Capítulo 2 apresenta uma revisão da teoria sobre o fenômeno a ser estudado, apresentando as definições teóricas das relações de complementaridade e discutindo quais são as diferentes formas desse fenômeno. No Capítulo 3, a definição teórica de complementaridade é aplicada para o caso estudado, explicitando a conjectura sobre como se daria a complementaridade entre as transferências de renda e os serviços produtivos. Esse capítulo é feito a partir de uma discussão entre a teoria e as principais evidências encontradas sobre os impactos individuais de ambas as políticas em variáveis de inclusão produtiva. Apesar de serem apresentadas evidências relevantes no Capítulo 3 para construir a hipótese sobre o fenômeno, elas ainda não são suficientes para comprovar a existência da complementaridade. Portanto, no Capítulo 4 é apresentada a realização de uma revisão da literatura de forma sistematizada que buscou por avaliações do impacto de ambas as políticas em variáveis de inclusão produtiva, com a aplicação de filtros que selecionou os estudos capazes de evidenciar a existência dessa complementaridade. Ao final, foram selecionados quatro estudos que conseguem relacionar o impacto que haveria para a inclusão

produtiva caso as políticas fossem implementadas individualmente com a situação em que elas acontecem de forma simultânea. Os resultados e análises dos quatro estudos selecionados foram apresentados e contribuíram para o desenvolvimento da teoria sobre os mecanismos pelos quais o fenômeno da complementaridade ocorreria.

O Capítulo 5 trata de organizar, apresentar e explicar quais são os mecanismos pelos quais o fenômeno de complementaridade aconteceria, como esses mecanismos funcionam e quais são as condições para que eles funcionem. O desenvolvimento desse arcabouço foi feito com a apresentação de argumentos lógicos que explicam as relações causais que seriam desencadeadas a partir da interação entre o alívio da pobreza e os serviços produtivos. Os resultados apresentados nesse capítulo apontam estratégias úteis para a formulação de políticas públicas que buscam promover a superação da pobreza e, portanto, buscam a inclusão produtiva.

A principal contribuição dessa dissertação são as implicações que a teoria sobre a complementaridade entre transferências e serviços produtivos traz para o desenho de políticas públicas integradas e mais eficientes. A partir da evidência de que ambas as políticas são complementares, ou seja, de que juntas conseguem produzir um desempenho melhor do que o desempenho individual somado delas, é necessário repensar as estratégias a fim de aproveitar esse potencial e garantir a implementação conjunta das políticas. Para que a interação entre as políticas consiga se beneficiar dos mecanismos identificados para complementaridade, há implicações importantes para as estratégias de focalização e, em especial, para a formulação de transferências de renda que consigam proporcionar o alívio da pobreza. No último capítulo, será apresentada uma síntese sobre as principais implicações da teoria sobre complementaridade entre transferências e serviços produtivos para a formulação de políticas integradas e mais eficazes para a inclusão produtiva.

2 COMPLEMENTARIDADES ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS

O fenômeno foco desta dissertação é a interação entre duas variáveis que, no caso, são duas políticas públicas: transferências de renda e serviços produtivos. A hipótese que permeia o trabalho é que essa interação pode ser capaz de promover uma inclusão produtiva mais efetiva, ou seja, quando as políticas acontecem juntas, quando elas interagem, geram um resultado melhor do que quando acontecem separadas. Há, na literatura, conceitos e teorias que contribuem para a interpretação desse fenômeno, principalmente no que tange ao resultado da interação entre duas variáveis. Este capítulo apresenta a fundamentação teórica sobre o que são interações complementares ou substitutas e explora como as definições presentes na literatura contribuem para a leitura do fenômeno no campo das políticas públicas. Em um primeiro momento, apresenta-se como o conceito de complementaridade é abordado de formas diferentes na teoria econômica, com aplicações que podem ser distintas para uma função utilidade e para uma função de produção. Posteriormente, define-se qual é a abordagem mais adequada para analisar a interação entre duas políticas públicas. Além da definição, a literatura também traz possíveis classificações para as diferentes formas de complementaridade existentes, que são apresentadas e analisadas neste capítulo a fim de consolidar uma lente teórica para a construção da hipótese sobre a interação entre transferências e serviços produtivos.

A primeira base teórica necessária para compreender o conceito de complementaridade é a teoria econômica sobre o comportamento de escolha dos consumidores. No início do século XX, ao tratar sobre a teoria da utilidade, Pareto e Edgeworth contribuem para o problema dos bens relacionados, adotando o artifício da curva de indiferença para demonstrar a relação entre o consumo de diferentes quantidades de dois bens para o bem-estar do consumidor (BISWAS, 1976).

Na definição de Edgeworth e Pareto, um bem é considerado complementar ao outro se o aumento no consumo de um é capaz de aumentar a utilidade marginal do outro. A partir dessa definição, os bens são considerados complementos perfeitos quando um indivíduo tem preferência por consumir uma determinada proporção de dois bens diferentes sempre conjuntamente e, mesmo se houver o aumento na quantidade consumida de um dos bens que fosse além dessa proporcionalidade, não há nenhum incremento gerado para a utilidade do indivíduo.

Por outro lado, os autores definem uma relação de concorrência como aquela em que o aumento no consumo de um bem é capaz de reduzir a utilidade marginal de outro, caso esse em

que os bens são considerados substitutos. Logo, a partir dessa primeira abordagem sobre o conceito de complementaridade entre dois bens, em que o consumo de um afeta positivamente a utilidade marginal de outro, entende-se que os bens complementares são preferencialmente consumidos sempre em conjunto para, assim, elevar o bem-estar do consumidor (SAMUELSON, 1974).

Posteriormente, o trabalho dos economistas Hicks e Allen (1934) trouxe um conceito novo sobre complementaridade, como uma alternativa ao que foi definido por Pareto e Edgeworth. Para Hicks e Allen (1934), a definição do que seria um bem complementar deve incorporar a noção de preços de mercado e a sensibilidade da demanda de acordo com as variações nesses preços. Dessa forma, ao considerar o valor em dinheiro de um bem, o que importa para Hicks e Allen (1934) definirem se bens são complementares ou substitutos será a resposta da demanda sobre um bem em relação à variação do preço do outro. Entende-se na teoria do consumidor que, ao aumentar o preço de um bem, a demanda por ele costuma ser reduzida.

Nessa definição, para existir complementaridade entre os bens, acontecerá um declínio na demanda pelo bem X quando o preço do bem Y aumentar (e, consequentemente, a demanda pelo bem Y diminuir); já quando o oposto acontece, ou seja, quando a demanda por Y aumentar se o preço de X aumentar, trata-se do conceito dado para bens substitutos. Tanto em Pareto-Edgeworth, quanto em Hicks e Allen (1934), a noção do que é complementar ou substituto decorre das preferências das pessoas. Contudo, a principal diferença está que, em Hicks e Allen, a decisão dos indivíduos é orientada por uma função que relaciona os preços e a utilidade das pessoas. Portanto, a relação entre bens complementares ou substitutos fica evidente com mudanças no mercado de preços.

A noção de interações complementares também foi extrapolada na literatura para outras dimensões da sociedade. Em *The Handbook of Organizational Economics*, de Milgrom e Roberts (1995), é apresentado o conceito de complementaridade aplicado ao campo de estudo da estratégia das organizações, que trata da interação entre atividades e entre agentes. Nesse caso, o conceito do que é complementar passa a ser adotado para um conjunto de atividades, que são consideradas complementares na situação em que ao fazer (mais de) qualquer uma delas, aumenta o retorno de fazer (mais de) as outras. Isto é, há complementaridade quando esse conjunto de atividades consegue ter um desempenho maior do que teria a soma dos desempenhos gerados separadamente pelas atividades. Tal conceito, aplicado aos sistemas de produção, tem o intuito de compreender qual é a melhor alocação de recursos em um processo produtivo, a fim de gerar o maior desempenho da forma mais eficiente.

A definição apresentada por Milgrom e Roberts (1995) se assemelha à definição apresentada por Pareto e Edgeworth, com a diferença de que esta aplica o conceito em uma função de utilidade dos consumidores e aquela o aplica em uma função de produção. Contudo, em ambas as definições, ser complementar significa que fazer mais de uma atividade, ou ter mais de um determinado bem, é capaz de aumentar a produtividade (ou a utilidade marginal) da outra (ou do outro bem) (HECKMAN, 1974). No caso de políticas públicas que sejam consideradas complementares, ou capazes de criar sinergias, será mais adequado utilizar a definição de Milgrom e Roberts (1995) aplicada a uma função de produção em que se considera como resultado de interesse o desempenho das políticas públicas para atingir algum objetivo público.

Portanto, a definição adotada neste estudo tratará a complementaridade entre transferências e serviços produtivos como uma função de produção em que, ao implementar uma dessas políticas, seria possível elevar o desempenho da outra. Essa leitura para o campo das políticas públicas contribui para uma análise sobre as abordagens que combinam intervenções intersetoriais para um único objetivo, a fim de conseguir resultados de forma mais eficiente e eficaz.

A partir do entendimento do conceito sobre o que significa ter duas políticas ou intervenções complementares, é necessário compreender se essa relação acontece de forma simétrica ou assimétrica, dependendo da intensidade de cada um dos elementos que interagem. Isto é: será que o valor gerado pela interação entre duas atividades num resultado (Y) representa um ganho de desempenho para a primeira ação (X_1) ou para a segunda (X_2)? Com base na definição de Milgrom e Roberts (1995), Chooi, Poon e Davis (2008) desenvolvem um estudo sobre a interação entre estratégias de gestão do conhecimento para promover o desempenho de empresas e chegam a uma proposta para classificar a complementaridade em três diferentes categorias, e que seria interessante aplicar para interpretar a relação que se dá entre as políticas observadas. As categorias propostas são: simétricas críticas, simétricas não críticas e assimétricas (Figura 1).

Figura 1 – Diferentes formas de complementaridade, por Chooi, Poon e Davis (2008)

Fonte: Chooi, Poon & Davis (2008, p. 241, tradução livre).

Está fundamentado em Chooi, Poon e Davis (2008) que as relações de complementaridade simétrica crítica compreendem o fenômeno em que a complementaridade ocorre a partir do desempenho incremental implementado por duas ações (X_1 e X_2) simultaneamente, que só podem alcançar um desempenho positivo (Y) com a implementação conjunta das ações. A definição de simétrico crítico é equivalente ao que Pareto chama de complementos perfeitos e, talvez, o exemplo clássico de complementos perfeitos seja a relação entre combustível e automóvel, em que a complementaridade acontece porque somente com a interação entre ambos é possível gerar valor.

Já a complementaridade simétrica não crítica trata de duas ações (X_1 e X_2) que produzem algum desempenho (Y) quando acontecem sozinhas, mas que, quando acontecem de forma simultânea, conseguem gerar um valor adicional à Y.

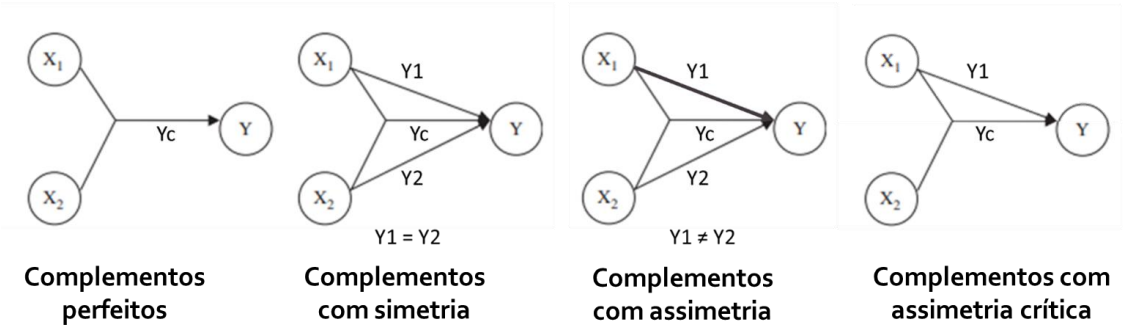
Contudo, essa relação de complementaridade simétrica não crítica pode ainda apresentar uma assimetria referente ao grau de desempenho que acontece em cada uma das direções. Isto é, o desempenho gerado por X_1 sozinho em Y pode ser diferente do desempenho gerado por X_2 sozinho no mesmo resultado de interesse. Com isso, o ganho em desempenho gerado pela interação de ambos poderá ser diferente para cada atividade. Por exemplo, em uma situação em que X_1 sozinho produz um desempenho Y_1, e X_2 sozinho produz um desempenho Y_2, pode acontecer de Y_1 ser maior do que Y_2. Com isso, a complementaridade será capaz de aumentar mais o desempenho para X_2 do que X_1, causando uma relação de assimetria na intensidade de complementaridade. Essa assimetria não é abordada na definição de Chooi, Poon e Davis (2008), porém é importante que seja identificada e ela poderá ser usada para analisar as diferentes formas de complementaridade entre políticas públicas.

Por outro lado, o que é entendido pelos autores como uma relação de complementaridade assimétrica se refere à situação em que somente uma das ações (X_1) é capaz de gerar algum desempenho em Y se acontece sozinha, e a outra ação (X_2) se acontecer sozinha

não produz resultado Y algum. Mas, quando juntas, a interação proporciona que X_2 aumente a produtividade de X_1. Essa situação assimétrica equivale ao que é considerado como variável moderadora.

Por fim, a partir da análise sobre as diferentes formas de complementaridade de Chooi, Poon e Davis (2008), entende-se que há a necessidade de diferenciar a complementaridade em mais categorias para aplicá-las ao relacionamento entre duas políticas públicas que interagem. As categorias propostas aqui podem ser conferidas na Figura 2. São elas: (a) a dependência crítica, ou complementos perfeitos, que consiste na mesma definição dada para o simétrico-crítico vista anteriormente; (b) os complementos com simetria, que partem da definição explicada para casos de simétricos não críticos, mas ocorre quando o desempenho das ações sobre Y são semelhantes e, portanto, apresentam ganho de desempenho igual nas duas direções a partir da complementaridade; (c) os complementos com assimetria, que também partem da definição para os casos de simétricos não críticos, mas ocorrem quando o desempenho das ações sobre Y é desigual, criando uma assimetria no ganho de desempenho que é gerado pela complementaridade; e, por fim, (d) os complementos com assimetria crítica partem da definição explicada para os casos assimétricos, que ocorrem quando uma das ações sozinha gera um desempenho praticamente nulo em Y, mas com uma representação figurativa diferente, em que é capaz de deixar mais claro o fato de que X_2 sozinho não tem desempenho em Y, somente se há a interação com X_1, conforme apresentado na Figura 2.

Figura 2 – Diferentes formas de complementaridade



Fonte: elaborado pela autora, com base em Chooi, Poon e Davis (2008, p. 241).

Com o entendimento sobre a teoria do que são relações complementares e quais as diferentes formas de complementaridade, pretende-se aplicar essa fundamentação teórica para ler e representar o fenômeno de interesse em uma linguagem alinhada à teoria. Com base na definição apresentada por Milgrom e Roberts (1995), a complementaridade entre as políticas de transferências de renda e os serviços produtivos significaria que um indivíduo que se beneficie simultaneamente de ambas as políticas pode ter um uma probabilidade maior de ser

inserido produtivamente do que em situações em que receba somente uma das políticas. Ou seja, fazer uma das políticas elevaria o desempenho da outra para o mesmo resultado de interesse.

Nos próximos capítulos, é realizada uma análise sobre os efeitos que ambas as políticas têm quando sozinhas e o efeito que têm quando acontecem juntas, a partir de uma revisão sobre estudos empíricos. Com esses dados, espera-se compreender qual das quatro diferentes formas melhor representa o fenômeno de complementaridade entre as transferências e os serviços produtivos, simétricas ou assimétrica, utilizando como referência o que se desenvolveu a partir da teoria de Chooi, Poon e Davis (2008). A representação sobre a interação entre as políticas estudadas será fundamental para explicitar qual forma de relacionamento se dá entre as intervenções, e assim conseguir explorar como se dá essa relação, por quais canais e que mecanismos explicam essa hipótese.

3 CONSTRUÇÃO DA CONJECTURA SOBRE A COMPLEMENTARIDADE ENTRE TRANSFERÊNCIAS DE RENDA E SERVIÇOS PRODUTIVOS PARA A INCLUSÃO PRODUTIVA

Como discutido no capítulo anterior, dizer que as políticas de transferência de renda e os serviços produtivos são complementares para a inclusão produtiva dos mais pobres significa que, se alguém se beneficiar simultaneamente de ambas as políticas, haverá uma chance maior de esse indivíduo ser inserido produtivamente. Neste capítulo, faz-se uma análise sobre os efeitos que ambas as políticas podem produzir sozinhas para o resultado de interesse e, portanto, para compreender como essa relação de complementaridade acontece, extrapolando a análise para quando as políticas são oferecidas em conjunto, de modo a determinar se estabelecem uma relação simétrica ou assimétrica. Com um levantamento preliminar de evidências empíricas que buscam verificar o impacto de ambas as políticas em variáveis relacionadas à inclusão produtiva, pretende-se compreender se as transferências ou os serviços produtivos conseguem sozinhos ter um impacto positivo nas variáveis de interesse e, se houver, analisar a magnitude desses impactos e compará-los.

Um primeiro passo é apresentar as variáveis consideradas para representar o resultado de interesse da complementaridade estudada. Isto é, quando as duas políticas interagem, elas seriam capazes de aumentar o desempenho para qual resultado de interesse? Uma vez que a definição de inclusão produtiva trata da geração de trabalho e de renda com estabilidade e segurança (VAHDAT *et al.*, 2019), podem ser considerados indicadores que vão além da situação ocupacional do indivíduo – se trabalha ou não. As variáveis consideradas representantes do resultado de inclusão produtiva retratam dimensões de empregabilidade – a participação da população adulta na força de trabalho, como a probabilidade de o indivíduo estar ocupado e o número de horas trabalhadas; também foram consideradas variáveis sobre produtividade, por exemplo, a renda gerada pelo trabalho ou até a produtividade da terra em áreas plantadas, dentre outros índices capazes de representar as duas dimensões.

O segundo passo será verificar se as políticas analisadas neste estudo conseguem promover os resultados de interesse quando implementadas sozinhas. Os impactos positivos das transferências de renda são facilmente encontrados em uma vasta literatura de estudos empíricos bastante robustos. O reconhecimento dos benefícios da transferência de renda para o alívio da pobreza já é estabelecido no mundo todo, em especial para resultados sobre segurança alimentar, acesso à educação ou à saúde; porém, os impactos da transferência para empregabilidade e produtividade têm evidências mistas (BASTAGLI *et al.*, 2016).

A partir da revisão sistematizada realizada por Bastagli *et al*. (2016), mais da metade dos catorze estudos que consideraram variáveis de resultado a participação da população adulta beneficiada na força de trabalho mostrou que as transferências voltadas para apoiar o consumo familiar, sejam condicionadas ou não, não afetaram a participação, enquanto três estudos mostraram resultados significativos. Os três resultados significativos foram positivos e mostraram um aumento médio de seis pontos percentuais na participação da força de trabalho (BASTAGLI *et al*., 2016).

Já com relação aos resultados levantados sobre o impacto no número de horas trabalhadas por adultos, a revisão encontrou onze estudos, dos quais dois foram significativos e mostram resultados negativos das transferências: os resultados mostraram uma redução entre duas e três horas na jornada de trabalho semanal (BAZZI; SUMARTO; SURYAHADI, 2012; DAIDONE *et al*., 2014)[3]. Essas evidências internacionais mostraram que mais da metade dos estudos encontrados não sustentam a ideia de que transferências de renda podem afetar a empregabilidade dos beneficiados, seja de forma positiva ou negativa.

Ao observar as evidências brasileiras sobre o programa Bolsa Família também são identificados resultados pouco significativos para a participação ou a produtividade dos beneficiados. Contudo, há certa heterogeneidade ao observar as diferenças entre homens e mulheres. Enquanto o programa não teve resultados relevantes para participação de homens, foi capaz de mostrar um aumento de 2,5% na participação de mulheres na força de trabalho, número que pode ser ainda maior para o caso de mulheres que são mães (TEIXEIRA, 2010).

Já ao observar o número de horas trabalhadas, os resultados não foram significativos para os diferentes públicos analisados pelos estudos (FOGUEL; BARROS, 2010; CAVALCANTI, 2013; BARBOSA; CORSEUIL, 2014). Em confirmação ao que foi visto nas evidências internacionais, entende-se que o Bolsa Família no Brasil não foi capaz de sozinho garantir que as famílias mais pobres participassem mais da força de trabalho ou trabalhassem por mais tempo, como também não foi capaz de reduzir as atividades laborais dos beneficiados.

A análise dos resultados promovidos pelas transferências de renda mostrou, portanto, que a magnitude de impacto delas é pouco relevante para promover a inclusão produtiva quando acontecem sozinhas. Contudo, sabe-se que há outros resultados que as transferências conseguem impactar, conforme consolidado na literatura, que podem ser responsáveis por

[3] Em Bastagli *et al*. (2016) há mais estudos com resultados significativos que observaram a variável de tempo dedicado ao trabalho. Mas, para a análise pretendida, foram consideradas somente as evidências produzidas sobre transferências focadas em apoiar o consumo familiar, com condicionalidades ou sem condicionalidades. Portanto, foram descartadas as evidências sobre transferências de capital para compra de ativos e transferências com caráter de pensão.

impulsionar os mecanismos de complementaridade quando combinadas com serviços produtivos para uma melhoria dos indicadores de empregabilidade e produtividade. No entanto, para continuar com o desenho da conjectura, o próximo passo da investigação será entender qual a magnitude de impacto dos serviços produtivos nesses indicadores, quando conseguem ser bem-sucedidos, dado que, diferentemente das transferências, os serviços são originalmente desenhados para conseguir impulsionar as variáveis que retratam a inclusão produtiva.

De modo geral, há uma grande diversidade de abordagens para os serviços produtivos, em termos de objetivos, estratégias e público que visam atender. Essa diversidade consegue ser ainda maior do que a diversidade de desenhos para transferências de renda. Para ilustrar os impactos de um tipo de serviço produtivo, foi selecionada uma revisão de cerca de cinquenta estudos que estimam o impacto gerado por cursos profissionalizantes em diferentes resultados, desenvolvida por Chinen *et al*. (2017). Os achados mostram que formações profissionalizantes são capazes de aumentar em média a ocupação dos beneficiados em 11%, sendo que em países da Ásia e da África chegaram a gerar um aumento de 34%. Quando os cursos são voltados para o empreendedorismo, com foco em gestão do negócio próprio, o impacto na participação na força de trabalho por meio de uma ocupação por conta própria chegou a provocar um aumento muito relevante de 73%. Em relação à produtividade das ocupações, a meta-análise encontra que os cursos para empreendedorismo aumentaram em média faturamento e renda gerada pelo negócio em 6% e, quando associados ao desenvolvimento de habilidades socioemocionais, aumentaram em média 25% da renda gerada pelo negócio próprio (CHINEN *et al*., 2017). Com somente a ilustração de um tipo de serviço produtivo, no caso, das formações profissionais, vemos que o potencial de impacto pode ser bastante relevante tanto para a empregabilidade quanto para a produtividade.

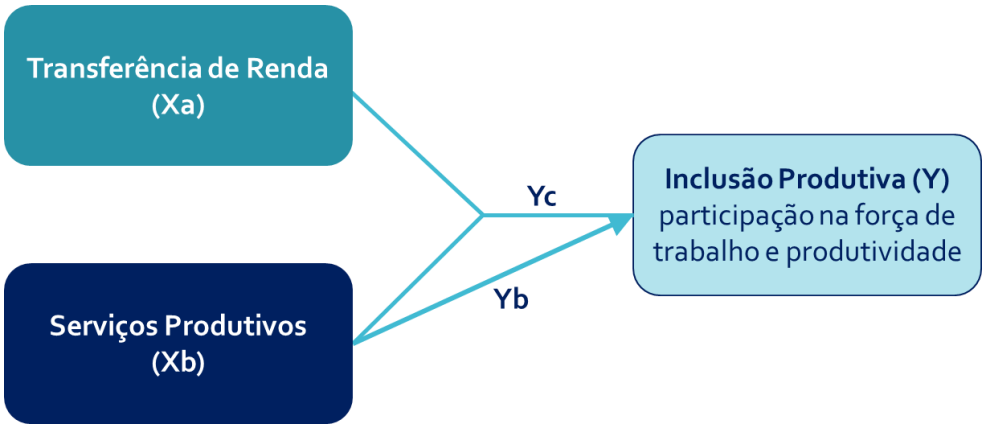
No contexto brasileiro, o principal programa de formação profissional foi o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que chegou a receber mais de 8 milhões de matrículas entre 2011 e 2014. Contudo, como discutido em Pronatec... (2018), as avaliações de impacto produzidas sobre o programa sugerem que ele só foi capaz de promover a empregabilidade dos egressos em uma das modalidades[4] oferecidas, alcançando um aumento de aproximadamente 9% na probabilidade de emprego de quem participou (Pronatec..., 2018).

Com base nos dados apresentados, é possível supor qual das quatro diferentes formas de complementaridade, apresentadas no capítulo anterior, seria capaz de representar a conjectura a ser analisada, sobre a interação entre transferências e serviços produtivos.

[4] A modalidade que teve impacto foi Pronatec-MDIC, que se diferenciava por monitorar a demanda das empresas (Pronatec..., 2018).

Conforme visto, enquanto as transferências de renda dificilmente produzem resultados significativos para participação na força de trabalho, a formação profissional é capaz de promover um aumento médio de 11% na participação dos beneficiários em diferentes contextos (CHINEN *et al.*, 2017). Apesar de ambas as políticas apresentarem evidências sobre a possibilidade de impactar positivamente as variáveis de inclusão produtiva, a análise mostra que há uma assimetria nessa relação. Isto é, o desempenho que ambas as políticas exercem sobre a mesma variável de interesse tem pesos diferentes, podendo inclusive, como a maioria dos estudos sobre as transferências de renda mostra, ser mais próximo de zero. Com isso, o modelo que se desenha para melhor representar a relação de complementaridade a ser investigada parece ser aquele de complementos com assimetria crítica, conforme Figura 3.

Figura 3 – Complementaridade assimétrica crítica entre transferências de renda e serviços produtivos



Fonte: elaborado pela autora, com base em Chooi, Poon &Davis (2008).

Apesar de as intervenções comparadas aqui mostrarem comportamentos diferentes, formuladores de políticas públicas passaram a perceber o potencial que há em ambas serem integradas e atuarem de forma conjunta. Nesse sentido, surgem diferentes abordagens, como as abordagens de graduação ou *cash-plus*, que combinam transferências de renda com serviços produtivos, como oferta de capital semente, de crédito e de assistência técnica. No Brasil, foi desenvolvido o Plano Brasil Sem Miséria como um esforço para que três políticas estratégicas fossem integradas: transferência de renda, serviços produtivos e acesso a serviços públicos. A iniciativa, lançada em 2011, foi uma referência para a superação da pobreza e teve como diferencial a coordenação entre o Programa Bolsa Família e outros programas participantes do plano. As evidências produzidas por esse tipo de intervenção passaram a ser altamente reconhecidas, inclusive como uma alternativa não só para promover a inclusão produtiva, mas

também para que as famílias consigam superar a situação de pobreza, ou seja, atingir a graduação (BANERJEE *et al*., 2015).

Em uma avaliação experimental conduzida em seis países diferentes, com 10 mil pessoas beneficiadas pela abordagem combinada de transferências com três outros serviços produtivos, foram encontrados impactos positivos em dez dimensões diferentes, mesmo após um ano do encerramento do programa. O impacto sobre o tempo dedicado a trabalho remunerado foi de 9% e sobre a renda gerada pela família foi de 27% (BANERJEE *et al*., 2015). No longo prazo, foram ainda encontrados impactos significativos, persistentes e até crescentes em uma das localidades avaliadas anteriormente. Foi feito o acompanhamento do experimento citado anteriormente após sete anos do início do programa, ou seja, cinco anos após o encerramento, na Índia. Os resultados foram positivos novamente em todas as dez dimensões, inclusive no tempo dedicado ao trabalho e na renda gerada por trabalho remunerado, tendo uma renda 25% maior para as famílias atendidas em comparação ao controle, mesmo no longo prazo (BANERJEE *et al*., 2015).

A partir das evidências experimentais produzidas por essa intervenção integrada dos dois tipos de políticas, há uma base adicional para reforçar a possibilidade de as transferências serem complementares à inclusão produtiva, conforme a conjectura aqui construída. Contudo, os mecanismos responsáveis por promover esses resultados positivos e duradouros no longo prazo ainda são uma lacuna. "Embora observemos impactos em todos os resultados, mais trabalho é necessário para entender os mecanismos subjacentes aos impactos positivos." (BANERJEE *et al*., 2015, tradução livre)[5]. A partir da descrição teórica sobre o tipo de relação complementar que acontece entre as políticas estudadas, a investigação fica mais próxima de compreender como os canais e os mecanismos de complementaridade surgiriam a partir dessa interação.

Para dar continuidade à investigação, explorar-se-á se há, na literatura, estudos anteriores que se dedicaram a evidenciar essa relação, ou seja, se se produziram evidências sobre a existência dessa complementaridade, para verificar se ela existe em algum contexto. A partir disso, pretende-se analisar os aprendizados para que as políticas funcionem como complementos e elucidar quais foram os possíveis mecanismos responsáveis por esse resultado.

[5] "Although we see impacts on all outcomes, more work is needed on the mechanisms that underlie the positive impacts" (Banerjee *et al*., 2015).

4 EVIDÊNCIA SOBRE A COMPLEMENTARIDADE ENTRE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E INCLUSÃO PRODUTIVA

Como visto, formuladores de políticas públicas parecem verificar o potencial que há na combinação de transferências de renda com outras políticas públicas. Essas abordagens integradas passaram a ser uma referência de estratégia eficaz e capaz de produzir resultados duradouros mesmo após o fim do benefício. Contudo, as evidências descritas ainda não conseguem necessariamente provar que a interação entre ambos os tipos de políticas é capaz de criar um valor adicional para resultados da inclusão produtiva. Neste capítulo, apresentam-se a busca e o levantamento de evidências que procuram confirmar existência desse fenômeno, a partir de uma revisão de literatura sistematizada. A sistematização dos resultados obtidos nesses estudos deve confirmar (ou não) a complementaridade, levando em conta a magnitude do valor adicional gerado, para que a análise desses resultados contribua como uma base empírica para o entendimento futuro de como e por que esse fenômeno acontece.

4.1 Levantamento das evidências

Para o levantamento das evidências disponíveis foi realizada uma revisão de literatura sistematizada, dividida em três etapas principais: busca, seleção e sistematização das evidências. A análise das evidências selecionadas e sistematizadas faz parte da investigação acerca da existência do fenômeno de complementaridade. Neste capítulo, apresenta-se com maiores detalhes a estratégia utilizada para a busca e seleção dos estudos, seguida da descrição da realização de cada etapa.

A primeira etapa consistiu no uso de diferentes plataformas eletrônicas de busca de estudos acadêmicos e científicos para identificar, em um primeiro momento, os estudos disponíveis. A estratégia utilizada para a busca tinha como objetivo identificar estudos empíricos sobre o impacto de ações de transferência de renda combinadas com ações para promoção da inclusão produtiva de populações vulneráveis em variáveis de empregabilidade e produtividade. Para isso, foram utilizados alguns termos e palavras-chave em português e inglês, como: “avaliação de impacto”, “transferência de renda”, “inclusão produtiva” ou “crédito” ou “treinamentos” ou “mentorias” ou “assistência técnica” ou “capacitação” ou “intermediação” ou “políticas de emprego”, “empregabilidade”, “sinergia”, “*cash-plus*”, “*graduation*”. Tais termos foram pesquisados nas doze principais plataformas de busca por estudos científicos, com foco em plataformas do campo de estudos sobre políticas públicas,

como os principais periódicos de economia ou plataformas das organizações de fomento para o desenvolvimento. Assim, as plataformas utilizadas foram:

a) Google Scholar
b) Quaterly Journal Economics
c) American Economic Review
d) JStor
e) Science
f) IPC-IG
g) World Bank Publications
h) Poverty Action Lab Publications
i) ECLAC/CEPAL
j) IADB
k) 3ie evaluations
l) Social Science Research Network

Além das palavras-chave, outro critério de busca foi a seleção de estudos publicados desde 2013, considerando-se assim o período de 10 anos entre 2013-2023. Com os termos apresentados anteriormente, e a partir da combinação entre as palavras-chave escolhidas, foram identificados seis artigos revisados por pares, sete capítulos de livro, cinco *working papers* ou *discussion papers* e uma monografia de doutorado, totalizando dezenove trabalhos científicos (ver relação completa no Apêndice A).

Após esse primeiro levantamento, foi feita a seleção dos estudos que se encaixam nos quesitos buscados. Para facilitar esse trabalho, foram definidos três critérios iniciais: (a) os estudos precisam ser avaliações de impacto, mesmo com diferentes métodos utilizados para estimação; (b) os programas avaliados precisam estar enquadrados dentro das definições consideradas nessa dissertação para uma política de transferência de renda, podendo ser condicionadas ou não, mas com foco no apoio para o consumo de adultos e famílias, assim como para a definição dos serviços produtivos, que buscam promover o acesso à renda derivada do trabalho; (c) os estudos precisam observar resultados do impacto sobre a empregabilidade e a participação na força de trabalho, por exemplo, a probabilidade de estar ocupado e o número de horas trabalhadas, e/ou variáveis sobre produtividade, como renda gerada pelo trabalho ou valor comercializado por negócio próprio – pelo menos alguma dessas variáveis, seja de participação ou de produtividade, deveria ser considerada como resultado na avaliação estudada.

A partir desses primeiros filtros, dois estudos, Roelen *et al*. (2017) e Yi, Sohn & Kim (2018) foram desconsiderados da seleção de estudos por não realizarem avaliações de impacto e se tratar de estudos de outra natureza. Quatro estudos, Blattman *et al*. (2022), Sedlmayr, Shah & Sulaiman (2020), Stoeffler, Mills e Premand (2020) e Gobin, Santos e Toth (2016) avaliaram programas que não se enquadraram nas categorias das políticas estudadas e por isso foram desconsiderados também. Blattman *et al*. (2022) avaliaram serviços de atendimento psicológico; enquanto Stoeffler, Mills e Premand (2020) avaliaram grupos de poupança, e Sedlmayr, Shah e Sulaiman (2020) avaliaram mentorias para desenvolvimento pessoal – nos três casos, não podem ser consideradas como serviços produtivos. Já Gobin, Santos e Toth (2016) chamam de transferência de renda a disponibilização de um capital semente, recurso transferido uma única vez como incentivo para a compra de ativos, sendo esse um serviço produtivo e não uma transferência de renda para apoio ao consumo – levando, portanto, o estudo a ser desconsiderado para análise.

Para o terceiro filtro, praticamente todos que atenderam aos dois primeiros critérios também atenderam ao critério sobre a observação de resultados com variáveis de renda gerada pelo trabalho. Há somente um caso em que não há nenhuma das variáveis de interesse observadas no estudo. Naude *et al*. (2016) observam indicadores de resultado sintéticos para retratar diferentes dimensões de pobreza e de vulnerabilidade, sem explicitar resultados para empregabilidade ou produtividade. Portanto, o estudo de Naude *et al*. (2016) foi desconsiderado da análise. Vale ressaltar que somente seis estudos apresentaram variáveis de resultado que contemplaram as duas dimensões definidas para medir a inclusão produtiva: Banerjee *et al*. (2015), Banerjee, Duflo & Sharma (2021), Burchi e Strupat (2018), Fernandez *et al*. (2016), Garcia, Helfand e Souza (2016) e Moya (2016). Pode-se consultar o Apêndice B para mais detalhes.

Com essa aplicação de três critérios para seleção dos documentos, restaram doze estudos empíricos de avaliações de impacto de duas ou mais políticas públicas combinadas, considerando que uma deve ser transferência de renda que visa o apoio ao consumo dos beneficiados, e a(s) outra(s) deve(m) ser serviços produtivos que visam promover o acesso ao trabalho e à geração de renda. Os estudos utilizaram diferentes métodos para estimação do impacto; dentre eles, há experimentos aleatórios controlados, *propensity score matching* (PSM), PSM com efeitos fixos, dentre outras técnicas. Nesta revisão não há a intenção de selecionar alguma metodologia ou de comparar os diferentes métodos de estimação, mas considera-se como premissa do método de seleção e de busca dos estudos que aqueles selecionados já passaram por revisões de pares e apresentam resultados válidos para a literatura.

Contudo, para compreender os resultados estimados pelos estudos, se faz necessário compreender as diferentes formas de comparar grupos e resultados para fazer a estimação dos impactos. Isto é: dado que o foco está em duas determinadas políticas públicas, três tipos de intervenções são passíveis de análise. Os estudos podem investigar o impacto da combinação de transferências de renda com serviços produtivo em relação a um grupo de controle que não recebe nenhum tipo de intervenção, ou em relação a grupos de controle que recebem as políticas separadamente. Conforme explicitado no Quadro 1, há seis impactos passíveis de serem encontrados nos estudos selecionados que são importantes para a análise (sinalizados em azul).

Quadro 1 – Mapa de impactos

Impactos estimados		**Tratamento**			
		Nenhuma intervenção	**Apenas transferência de renda**	**Apenas serviços produtivos**	**Transferências e serviços produtivos**
Controle	**Nenhuma intervenção**	**0**	a	b	c
	Apenas transferência de renda	–a	**0**	b – a	c – a
	Apenas serviços produtivos	–b	a – b	**0**	c – b
	Transferências e serviços produtivos	–c	a – c	b – c	**0**

Fonte: elaborado pela autora.

Considerando que o foco está em explorar o fenômeno da complementaridade, o interesse será verificar se os estudos empíricos conseguem estimar o valor adicional gerado pela combinação das intervenções. A complementaridade pode ser estimada a partir da diferença entre o desempenho que as duas políticas exercem juntas (c) em relação à soma dos desempenhos gerados pelas políticas separadamente (a + b). Portanto, para um único estudo ser capaz de responder se há complementaridade, idealmente ele deve estimar os impactos a, b e c, permitindo o cálculo de c – (a + b).

As doze avaliações observaram até quatro estratos possíveis de amostra, permitindo realizar a comparação dos resultados somente entre aqueles que foram observados. O primeiro estrato (0) representa os casos em que a população observada não recebeu nenhum tipo de intervenção, sendo utilizado pelos estudos exclusivamente como contrafactual para a avaliação. O segundo estrato (A) representa os casos em que a população observada recebe exclusivamente a política de transferência de renda – tal grupo foi utilizado pelos estudos de duas formas diferentes, seja como grupo tratado, com a intenção de avaliar o impacto do

programa de transferência, seja como grupo de controle, para comparar com os grupos B e C. O grupo B representa os estratos em que a população observada recebe exclusivamente políticas de inclusão produtiva, podendo ser beneficiada por só um ou mais serviços produtivos combinados, e esse grupo também foi utilizado pelos estudos de duas formas diferentes, como controle ou como tratamento. Por último, o grupo C representa os estratos em que a população observada recebeu a combinação das políticas de inclusão produtiva e de transferência de renda, de forma conjunta. O grupo C é o grupo imprescindível para que os estudos consigam atender ao objetivo desta investigação, que é a estimação do impacto gerado pela combinação dos dois tipos de política, possibilitando, inclusive, a comparação de resultados para análise da possível complementaridade entre políticas.

Quadro 2 – Comparação dos estudos selecionados: estratos observados na avaliação

Grupos de comparação	Nenhuma intervenção (0)	Apenas transferência de renda (A)	Apenas serviços produtivos (B)	Transferências e serviços produtivos (C)
Garcia, Helfand e Souza (2016)	X	X	X	X
Fernandez *et al*. (2016)	X	X	X	X
Moya (2016)	X		X	X
Sanfeliú, Ángel e Shi (2016)			X	X
Macours e Vakis (2014)	X	X		X
Banerjee *et al.* (2015)	X			X
Banerjee, Duflo e Sharma (2021)	X			X
Aldana, Vásquez e Yancari (2016)		X		X
Guerra (2017)		X		X
Burchi e Strupat (2018)		X		X
Bossuroy *et al*. (2021)		X		X
Brune *et al*. (2022)		X		X

Fonte: elaborado pela autora.

O Quadro 2 apresenta, portanto, as situações em que os resultados de interesse são observados em cada estudo. Todos os estudos selecionados observam o impacto da interação entre as políticas (C), porém, nem todos permitem o cálculo do valor adicional gerado por essa

interação em comparação com as duas políticas separadamente, seja como c – a, ou como c – b. O Quadro 3 apresenta quais são os impactos que cada estudo torna estimável e disponível para a análise. Há dois estudos que só estimam o impacto da combinação dos dois tipos de políticas (C), impossibilitando a investigação de qualquer tipo de valor adicional – são Banerjee *et al*. (2015) e Banerjee, Duflo & Sharma (2021).

Quadro 3 – Comparação dos estudos selecionados: impactos estimáveis

Estudos	Impactos					
	a	**b**	**c**	**b – a**	**c – a**	**c – b**
Garcia, Helfand e Souza (2016)	X	X	X	X	X	X
Fernandez *et al*. (2016)	X	X	X	X	X	X
Moya (2016)		X	X			X
Sanfeliú, Ángel e Shi (2016)						X
Macours e Vakis (2014)	X		X		X	
Banerjee *et al*. (2015)			X			
Banerjee, Duflo e Sharma (2021)			X			
Aldana, Vásquez e Yancari (2016)					X	
Guerra (2017)					X	
Burchi e Strupat (2018)					X	
Bossuroy *et al*. (2021)					X	
Brune *et al*. (2022)					X	

Fonte: elaborado pela autora.

Além disso, somente dois estudos selecionados permitem obter a magnitude dos três impactos, ou seja, permitem a obtenção de c – (a + b). São Garcia, Helfand e Souza (2016) e Fernandez *et al*. (2016). Contudo, considerando que a interação entre as duas intervenções se dá como complementos assimétricos críticos, devido a as principais evidências encontradas para o impacto das transferências sobre a empregabilidade e produtividade serem praticamente nulas (Capítulo 3), os estudos que permitem estimar o valor de c – b também permitirão obter a magnitude do valor adicional. Esse impacto de c – b pode ser obtido também em outros dois estudos, Moya (2016) e Sanfeliú, Ángel e Shi (2016). Conforme sinalizado no Quadros 2 e 3,

os quatro estudos que permitem a verificação da complementaridade são os quatro primeiros, destacados em azul.

Por fim, esses quatro estudos parecem ter o desenho mais próximo do ideal para evidenciar a existência do fenômeno de interesse e, para isso, serão analisados em mais profundidade na próxima sessão. Os resultados desses quatro estudos serão importantes para revelar a existência da complementaridade, quando e como ela acontece, oferecendo uma base empírica para a definição dos mecanismos responsáveis por produzir esse fenômeno.

4.2 Descrição e sistematização das evidências

Os quatro estudos selecionados têm em comum a avaliação de programas da América Latina voltados para o desenvolvimento rural, em que as políticas de inclusão produtiva consistem em fomentar a adesão a atividades produtivas agrícolas e o aumento da geração de renda em domicílios rurais. Nos quatro casos, a interação dos serviços produtivos rurais acontece com transferências de renda focalizadas nos mais pobres e oferecidas com condicionalidades às famílias beneficiadas, geralmente voltadas para o cumprimento do acesso a serviços educacionais e de saúde. O Quadro 4, a seguir, apresenta um resumo sobre quais são as políticas analisadas nos estudos, de qual país, e os resultados de interesse que foram observados.

Quadro 4 – Comparação dos estudos selecionados: resumo

	Garcia, Helfand e Souza (2016)	**Fernandez *et al.* (2016)**	**Moya (2016)**	**Sanfeliú, Ángel e Shi (2016)**
País das políticas avaliadas	Brasil	Chile	Colômbia	El Salvador
Política de transferência de renda	Bolsa Família	*Ingreso Ético Familiar*	*Familias en Acción*	*Transferencias Condicionadas (Comunidades Solidarias Rurales)*
Serviço produtivo	Pronaf	FOSIS	*Oportunidades Rurales*	*Plan de Agricultura Familiar (Comunidades Solidarias Rurales)*
Período dos dados coletados	1996 e 2006	2012-2014	2014	2014
Resultados observados de empregabilidade	-	Taxa de participação laboral do domicílio	Nº de trabalhadores familiares Horas trabalhadas	-
Resultados observados de produtividade	Renda gerada pela atividade agrícola Produtividade da terra	Renda gerada de forma autônoma *per capita*	Produção agrícola	Renda gerada pela atividade agrícola Produtividade da terra

Fonte: elaborado pela autora com base em Garcia, Helfand e Souza (2016); Fernandez *et al*. (2016); Moya (2016); e Sanfeliú, Ángel e Shi (2016).

No primeiro estudo, Garcia, Helfand e Souza (2016) avaliam a interação dos programas de transferência brasileiros, principalmente o Bolsa Família e o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com impactos sobre a renda gerada a partir da atividade agrícola e sobre a produtividade da terra. O Bolsa Família é um programa de transferência de renda condicionada criado em 2003 e reconhecido internacionalmente por seus impactos positivos em dimensões de renda, saúde, escolaridade e empoderamento. Como o estudo faz uma avaliação da janela de dez anos, entre 1996 a 2006, também foi considerado o impacto do programa Bolsa Escola, programa que antecedeu o Bolsa Família e que atuou, no período analisado, entre 1996 e 2003. Já o Pronaf é um programa de crédito subsidiado para custeio de investimentos com objetivo de promover implantação, ampliação ou modernização da produção em estabelecimentos rurais familiares de pequeno porte. Ambos os programas participaram posteriormente do Plano Brasil Sem Miséria, que buscou integrar a atuação das estratégias de alívio e de superação.

A partir de dados em painel, foram utilizados estimadores de diferenças em diferenças com efeitos fixos e covariáveis. Os impactos estimados consideram a incidência dos programas no nível municipal, pela proporção de estabelecimentos familiares rurais atendidos. Dessa forma, é feita a estimação com base na variação de intensidade com que acontece o tratamento para cada unidade de análise. O estudo obtém os impactos marginais de cada programa separadamente (a e b), e obtém o impacto marginal da interação dos dois programas (c). A partir desses impactos é possível verificar se o desempenho marginal que acontece nos estabelecimentos que recebem os dois programas é capaz de superar a soma dos desempenhos que ocorrem com os programas isolados.

Os três resultados obtidos (a, b e c) para produtividade da terra foram estatisticamente significativos somente para os impactos do Bolsa Família e da interação entre Bolsa Família e Pronaf. O impacto marginal do Pronaf na produtividade da terra ficou muito próximo de zero (0,0014 p.p.) e, por não ser significativo, entende-se que não teve relevância para aumentar a produtividade. O impacto marginal estimado para a transferência realizada pelo Bolsa Família foi significativo e negativo, de -0,0134 p.p., o que equivale a uma redução de 30% no valor produzido por um hectare[6]. Caso não houvesse complementaridade, o impacto estimado para a interação entre os dois programas deveria ser semelhante ao impacto obtido para o Bolsa Família, considerando que o impacto do Pronaf foi nulo, ou seja, deveria ser negativo. Contudo, o impacto obtido para a interação foi positivo (de 0,0129 p.p.), o que representa um ganho de 59,5% na produtividade da terra em um período de dez anos (de 1996 a 2006), em comparação com o resultado obtido no nível de produtividade quando há a incidência exclusiva do Bolsa Família no mesmo período (GARCIA; HELFAND; SOUZA, 2016).

Com relação aos resultados estimados para a renda produzida por trabalhador do domicílio, as evidências mostraram comportamentos semelhantes. As transferências tiveram resultados negativos e significativos, enquanto o Pronaf não mostrou impactos significativos; já o resultado estimado para a interação de ambos foi positivo e significativo. Nesse caso, o impacto marginal de ambas as políticas juntas foi positivo, chegando a promover um ganho de R$ 2.503,00 na renda anual de cada trabalhador em uma década, a cada dez pontos percentuais ganhos na incidência de estabelecimentos que recebem os dois programas integrados.

Para ambos os resultados observados nesse estudo brasileiro parece existir a confirmação do fenômeno de complementaridade. O valor adicional gerado parecer ter sido tão relevante que foi capaz inclusive de superar no nível municipal os efeitos negativos gerados

[6] Os autores consideram como valor médio da produtividade da terra R$ 442,00 por hectare (valor de 1996 ajustado para 2006). Logo, um impacto negativo de R$ 134,00 equivale a -30,3%.

pela incidência das políticas isoladas, mesmo que apenas 17% dos estabelecimentos rurais que recebem o Bolsa Família também recebam o Pronaf. No estudo, também foram verificados outros resultados, que dão indícios sobre os canais pelos quais a complementaridade acontece, dando destaque a que, quando ambos os programas são integrados, há também um relevante aumento no acesso a outros serviços produtivos, como assistência técnica e aumento no valor agregado da produção. Esses achados contribuem para a análise futura sobre como esses resultados podem acontecer, a fim de compreender quais foram os canais responsáveis por impulsionar a criação desse valor adicional.

O segundo estudo foi realizado por Fernandez *et al*. (2016) e avalia a combinação do programa *Ingreso Ético Familiar* (IEF) com algumas linhas de atuação do programa *Fondo de Solidaridad e Inversión Social* (FOSIS) entre 2012 e 2014. O IEF é um programa de transferência de renda condicionada a alguns cumprimentos nas áreas de educação e saúde e tem uma duração determinada de dois anos para as famílias. O IEF também aplica premiações às famílias que cumprem objetivos, como a realização da inserção laboral de mulheres, ou que obtém um bom desempenho educacional das crianças, buscando incentivar a autonomia dessas famílias para se desenvolverem. Já o FOSIS é um programa de fomento produtivo que oferece apoio para empreendimentos e para busca de trabalho das famílias em situação de vulnerabilidade. O estudo selecionou duas linhas de ação do FOSIS*: Yo Empreendo* e *Yo Empreendo Semilla*. Ambas as ações consistem em oferecer formação para fortalecimento dos negócios agrícolas, apoio para a elaboração de um plano de crescimento produtivo e financiamento subsidiado para investir no negócio. A partir de método de PSM com efeitos fixos, o estudo avalia os impactos isolados de FOSIS e de IEF e os impactos dos dois programas associadps – ou seja, os três impactos que se pretende analisar.

Os resultados obtidos em Fernandez *et al.* (2016) mostraram que ambos os programas separadamente não tinham resultados significativos, mesmo que positivos em algumas dimensões. Foram observadas variáveis de interesse que tratam da participação laboral dos adultos do domicílio beneficiado, da participação só das mulheres do domicílio e também de renda gerada pelo trabalho autônomo. Para todas elas, o IEF teve resultados positivos, contudo não significativos para a estimação realizada. O FOSIS também teve a mesma limitação, e teve resultados que dão a entender um efeito positivo do programa para a participação laboral, mas não para a geração de renda, contudo em nenhuma estimação foi significativo. Assim como aconteceu com as duas políticas separadamente, o efeito da interação delas também não teve relevância e ficou muito próximo de zero. Dessa forma, o estudo não foi capaz de verificar resultados das políticas, sozinhas ou combinadas.

Os autores argumentam que um dos principais desafios para o estudo foi a limitação do número de observações na amostra, dada a falta de coordenação entre as políticas. De acordo com a investigação feita por eles, os critérios para seleção de beneficiários das políticas eram diferentes entre os dois programas, a ponto de inclusive impedir que parte dos beneficiários do IEF pudessem receber o FOSIS. Além disso, também é apontada como uma limitação do desenho dos programas a duração de somente dois anos, período insuficiente para causar alguma mudança relevante dentre os beneficiados. O estudo trouxe aprendizados importantes para que o desenho das políticas seja aperfeiçoado a fim de conseguir gerar resultados positivos, seja para as políticas separadas, seja para a interação delas. Alguns deles tratam da compatibilização dos critérios de focalização de ambas as políticas e da adequação do tempo de apoio da transferência de renda para que os negócios agrícolas atinjam maturidade suficiente para conseguirem, de forma autônoma, representar uma fonte de renda às famílias.

O terceiro estudo selecionado, Moya (2016), avalia duas políticas colombianas, chamadas *Familias en Acción* (FeA) e *Oportunidades Rurales*. O *Familias en Acción* existe desde 2000 e, a partir de 2012, se tornou num programa de Estado e um direito da população colombiana. O programa consiste em transferir renda para famílias consideradas pobres e vulneráveis, com condicionalidades ligadas ao acesso a serviços educacionais e de saúde. O segundo programa, *Oportunidades Rurales*, é implementado desde 2007 e compreende oferecer assistência técnica com o objetivo de promover o acesso a serviços financeiros e técnicos para microempreendimentos familiares rurais, de famílias classificadas entre os dois níveis de maior vulnerabilidade do sistema social no país.

Moya (2016) escolhe avaliar o impacto do programa *Oportunidades* e de sua interação com o FeA, mas o impacto do FeA não é calculado no estudo por considerar que a literatura já apresenta evidências suficientes que mostram o impacto do programa. Contudo, não são explicitadas as magnitudes e os resultados considerados como premissa para o FeA e, como visto, as transferências se mostraram pouco capazes de afetar variáveis de empregabilidade e produtividade sozinhas de forma significativa. Dessa forma, o estudo colombiano calcula o valor de b e de c, permitindo a estimação do valor adicionado de b – c, o que contribui para a análise da complementaridade assimétrica crítica da transferência aos serviços produtivos.

Para estimar o impacto do serviço produtivo, o autor compara grupos que receberam o programa em momentos diferentes no tempo. Foram considerados dois grupos de tratamento: um grupo de estabelecimentos que se beneficiaram alguma vez desde 2008-2009 e um segundo grupo que se beneficiou alguma vez desde 2012. O grupo de controle é dos estabelecimentos que foram beneficiados somente em 2013 e que, no momento da coleta de dados para avaliação,

em 2014, ainda não teriam resultados observáveis. Dessa forma, Moya (2016) conseguiria captar os efeitos tanto de longo prazo como de curto prazo do programa.

Os resultados obtidos na avaliação do programa *Oportunidades Rurales* mostraram que, em relação aos indicadores de empregabilidade feminina, os efeitos foram persistentes no longo prazo. Contudo, no caso da participação laboral do domicílio geral, verifica-se uma magnitude maior no curto prazo, revelando um efeito transitório. Em relação à produtividade, não foram verificados efeitos significativos do programa.

Ao analisar os resultados da combinação das duas políticas, o autor comparou os estabelecimentos tratados pelo serviço produtivo no curto e no longo prazo que receberam a transferência desde antes de serem tratados pelo *Oportunidades*, com o grupo que recebeu primeiro *Oportunidades* e só foi beneficiado pela transferência após finalização do atendimento do serviço produtivo. Os resultados para a complementaridade no longo ou no curto prazo foram heterogêneos. Para produção agrícola o resultado se dá negativo no curto prazo da interação e positivo no longo prazo, superando o impacto do serviço produtivo sozinho no longo prazo, apesar de serem insignificantes estatisticamente. Por outro lado, a interação mostrou resultados que podem ser até negativos para os índices de participação laboral da população adulta, mas não significativos. Dessa forma, o estudo não consegue evidenciar as sinergias e mostra resultados difusos para as diferentes variáveis.

Em pesquisa qualitativa com os beneficiários, Moya (2016) descobre que um dos desafios para uma interação positiva foi o motivo de as famílias terem medo de perder o critério de elegibilidade para o *FeA* caso fossem atendidas pelo serviço produtivo. Além disso, na pesquisa, os beneficiados ressaltaram os riscos e as inseguranças que a renda gerada de forma autônoma ainda apresentaria mesmo se investissem nela ao acessarem o serviço produtivo. Contudo, Moya (2016) acredita que o desenho do programa de assistência técnica não estava alinhado às capacidades, necessidades e restrições dos domicílios em situação de extrema vulnerabilidade e, por isso, não foi capaz de promover um aproveitamento para as famílias que se enquadram no perfil do FeA. Apesar de não serem verificadas complementaridades geradas, ainda não há a confirmação de que elas não existem de fato.

Por último, o estudo Sanfeliú, Ángel e Shi (2016) avalia políticas de El Salvador do programa *Comunidades Solidarias Rurales*. O programa é composto por duas políticas que serão avaliadas: as transferências de renda condicionadas, que vinculam o repasse à frequência escolar e à participação de saúde materno-infantil, e o *Plan de Agricultura Familiar* (PAF) que apoia famílias produtoras rurais de subsistência com capacitações para expandir e melhorar a produção, e para o associativismo, oferecendo também assistência técnica para as associações

comunitárias. Com diferentes estratégias quantitativas de identificação por pareamento e de regressão descontínua, os resultados estimados para produtividade foram comparados considerando os efeitos da interação entre as políticas, e o efeito do PAF focou no encadeamento produtivo dos estabelecimentos rurais.

Os resultados obtidos em Sanfeliú, Ángel e Shi (2016) não confirmam nem negam a existência da complementaridade entre as políticas. Isto é: para a produtividade da terra, os efeitos foram maiores do PAF, que é b, do que para o efeito somado com a interação, que é c; já para a renda gerada pela atividade agrícola acontece o contrário: o efeito combinado com a interação é superior ao efeito do PAF, mostrando a possibilidade de complementaridade na produtividade da renda gerada pelo trabalho. Contudo, vale ressaltar que nenhum desses resultados de interesse tiveram significância estatística para a análise. Dessa forma, em El Salvador, a complementaridade não pode ser confirmada tampouco descartada.

Como a maioria dos resultados do PAF também não foram significativos, o estudo elenca algumas possibilidades que ajudam a interpretar porque não há a eficácia do serviço produtivo sozinho ou combinado com transferências. No estudo, comenta-se que o período dos dados da avaliação coincide com um período de seca intensivo, que prejudicou a produção agrícola nacional. Portanto, o contexto em que os serviços produtivos atuaram restringiu as chances de sucesso para a geração de renda das famílias nesse setor da economia. Além disso, o estudo complementa os resultados estimados com uma pesquisa qualitativa que trouxe relatos dos beneficiários sobre a má percepção que tinham sobre a implementação das capacitações e das assistências técnicas do PAF, revelando talvez uma baixa qualidade dos serviços produtivos oferecidos. Sendo assim, apesar de os resultados do estudo não confirmarem a existência da complementaridade, contribuíram para compreender algumas premissas importantes para que a interação aconteça de forma positiva, como considerar o cenário econômico que afeta diretamente as possibilidades para inclusão produtiva.

Quadro 5 – Comparação dos estudos selecionados: diferença entre o desempenho da interação (c) e o desempenho dos serviços produtivos (b) em variáveis da inclusão produtiva

c – b	Garcia, Helfand e Souza (2016)	Fernandez *et al.* (2016)	Moya (2016)	Sanfeliú, Ángel e Shi (2016)
Variáveis de produtividade	Renda agrícola + Produtividade da terra +	Renda autônoma *per capita* +	Produção agrícola +	Renda agrícola + Produtividade da terra –
Variáveis de empregabilidade		Taxa de participação laboral do domicílio – Taxa de participação laboral para mulheres do domicílio +	Nº de trabalhadores familiares – Horas de trabalho diário -	

Fonte: elaborado pela autora.

No Quadro 5 é possível conferir um resumo das evidências observadas nos quatro estudos para o impacto de c – b. Estão retratados os desempenhos estimados a partir da interação das duas políticas juntas em relação ao desempenho dos serviços produtivos. Tal resultado é o que se supõe ser o efeito mais próximo de como se comporta a complementaridade, já que as transferências representam um valor praticamente zero. Nesse sentido, é possível confirmar que os efeitos da complementaridade parecem ser maiores em variáveis de produtividade do que em variáveis de empregabilidade e que os efeitos em empregabilidade podem ter heterogeneidades de gênero.

Os resultados estimados são produto de diferentes métodos estatísticos e econométricos que consideraram os desafios e as limitações para coleta de dados. A interpretação dos dados gerados possibilitou tanto aprendizados para a implementação dos programas quanto possíveis aprimoramentos para o desenho das políticas. Com relação ao desenho, a limitação mais presente foi a falta de compatibilização entre os critérios de focalização dos beneficiários, em que há diferenças observadas para elegibilidade do mesmo público-alvo. Essa limitação diminuiu as possibilidades de observar nos indivíduos as possíveis complementaridades geradas pela atuação das duas políticas conjuntamente.

As evidências que buscam mostrar se há sinergia entre os dois perfis de políticas sociais ainda estão escassas. Porém, Garcia, Helfand e Souza (2016) apresentam evidências significativas que confirmam a possibilidade de existir esse fenômeno, principalmente para os resultados de produtividade que foram observados. Já os outros estudos, como Moya (2016) e

Sanfeliú, Ángel e Shi (2016), mesmo sem resultados significativos, chamaram a atenção para as condições necessárias para permitir a existência de complementaridade, seja por problemas de implementação ou de formulação. O próximo capítulo apresenta o desenvolvimento de uma sistematização de possíveis canais e mecanismos responsáveis por explicar por que e como essa interação é capaz de produzir um desempenho melhor para a inclusão produtiva, além das premissas observadas, que são essenciais para dar condições para que essa interação seja positiva.

5 MECANISMOS DE COMPLEMENTARIDADE ENTRE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E INCLUSÃO PRODUTIVA

Considerando as evidências apresentadas no capítulo anterior, principalmente aquelas apresentadas por Garcia, Helfand e Souza (2016), há a confirmação de que as transferências e os serviços produtivos são complementos para a inclusão produtiva. Com isso, há uma base empírica que reforça a relevância para se compreender melhor como esse fenômeno ocorre. Se essa complementaridade acontece conforme o modelo assimétrico crítico, no qual a transferência não é capaz de exercer um efeito direto e de forma independente na inclusão produtiva dos indivíduos, os mecanismos responsáveis por gerar valor adicional serão principalmente desencadeados pelos outros efeitos que a transferência de renda é capaz de gerar. Ou seja: como o alívio da pobreza, promovido por uma transferência de renda, afeta os indivíduos para que eles aproveitem melhor o que é oferecido pelos serviços produtivos?

Para responder a essa pergunta, este capítulo organizará de forma lógica e teórica um grupo de conjecturas que buscam explicar como e por quais canais esse fenômeno consegue acontecer. Além de elencar os mecanismos lógicos para isso, também serão apresentadas algumas condições que se mostraram importantes para permitir que a interação entre as políticas aconteça e seja efetiva. Tais premissas foram geradas principalmente a partir da análise das quatro interações avaliadas no capítulo anterior. Ao fim deste capítulo, espera-se ter desenvolvido um arcabouço capaz de explicar como duas políticas públicas sociais associadas podem ser mais eficazes para a inclusão produtiva dos mais pobres.

5.1 Condições e premissas para que a interação seja complementar

Para que a interação entre os serviços produtivos e as transferências de renda tenha condições tanto para existir quanto para ser positiva, algumas premissas precisam ser atendidas anteriormente. São três importantes condições para isso: (a) o contexto econômico em que as políticas estão inseridas; (b) a eficácia das transferências de renda para o alívio da pobreza; (c) a compatibilização entre os critérios de seleção e focalização dos beneficiários de ambas as políticas.

A primeira premissa está relacionada à existência de oportunidades de trabalho e de geração de renda no contexto em que as políticas estão inseridas. Isto é: o dinamismo e o crescimento econômico são essenciais para que a inclusão produtiva seja bem-sucedida; sem oportunidades produtivas ela é inviabilizada. Dessa forma, políticas que buscam melhorar o

funcionamento do mercado para a criação de oportunidades são tão importantes quanto as políticas que buscam promover o acesso e o aproveitamento de oportunidades.

A segunda premissa está relacionada à eficácia das transferências de renda, quando atuam sozinhas, no alívio da pobreza. Conforme a discussão apresentada adiante, os mecanismos ativados a partir da interação com serviços produtivos surgem principalmente dos resultados que o alívio da pobreza promove. Portanto, as transferências não precisam se mostrar eficazes de forma direta em resultados de participação laboral ou de produtividade. Como visto em Garcia, Helfand e Souza (2016), mesmo quando ela não produz esses resultados diretamente, ainda é possível existir complementaridade. Contudo, o que importará para essa interação será que a transferência consiga proporcionar alívio na pobreza das famílias. Para garantir a efetividade da transferência nesse objetivo, parece que sua estratégia de focalização deve ser o principal elemento a ser considerado. Afinal, para ser efetivo no alívio da pobreza monetária, bastaria garantir que o recurso chegue para quem de fato se encontra em uma situação de restrição de liquidez, e não para uma população que não sentirá as mudanças que o alívio da pobreza proporciona.

Nesse sentido, a terceira premissa para que existam complementariedades trata dos elementos de compatibilização entre as estratégias de focalização e de elegibilidade para o acesso às duas políticas que buscam interagir. É necessário que os critérios adotados por ambas sejam não excludentes, ou, idealmente, que sejam critérios iguais. Caso uma política de transferência de renda tenha um critério de focalização diferente dos critérios utilizados pelas políticas de inclusão produtiva, dificilmente um mesmo individuo conseguiria se beneficiar de ambas as políticas simultaneamente, como aconteceu no caso avaliado por Moya (2016) na Colômbia. Por exemplo, caso o recorte de renda para ser beneficiário das transferências considere um limite de renda inferior ao limite de renda utilizado para selecionar beneficiários aos serviços produtivos, então não necessariamente quem se beneficia do serviço produtivo também estará coberto pelo programa de transferências, reduzindo o potencial de impacto que poderia ser atingido.

Para a coordenação das políticas é necessário, além de direcionar para um mesmo público beneficiário, que as políticas sejam compatíveis. Os serviços produtivos buscam incentivar o acesso e a geração de novas fontes de renda para a família através do trabalho e, quando são efetivos, podem resultar em uma renda familiar com magnitude superior à linha de pobreza estipulada para o benefício das transferências gerando, com isso, a desclassificação da família incluída produtivamente. Apesar de esse resultado ser muito positivo e representar a graduação das famílias, ele também surte efeitos negativos para a família beneficiada, que, ao

engajar-se em alguma atividade produtiva já recebe algum tipo de penalidade, podendo perder automaticamente o benefício das transferências. Essa compatibilidade não só de critérios, mas de estratégias entre os programas, é importante para não gerar desincentivos no engajamento dos beneficiários de transferências nos serviços produtivos, como descrito em Moya (2016). Nesse sentido, o programa *Ingreso Ético Familiar*, descrito por Fernandez *et al.* (2016), consegue ser um exemplo para a compatibilização dos objetivos. Nele, há a estipulação de um prêmio financeiro para a família que conseguir sua inserção laboral, buscando, dessa forma, incentivar a busca pela inclusão produtiva, e não penalizar.

Ao garantir as três premissas descritas acima, oferecemos condições básicas para que a interação entre as duas políticas públicas estudadas aconteça de forma positiva. Vale ressaltar que cada contexto terá suas especificidades, que influenciam em como essas três premissas podem ser garantidas, podendo exigir o esforço de outras políticas públicas para ampliação das oportunidades de trabalho ou estratégias diferenciadas na formulação das políticas públicas para que a segunda e a terceira premissa sejam plenamente atendidas. Independentemente do esforço ou da estratégia mais adequados a cada contexto, essas três premissas precisam ser observadas e analisadas anteriormente, pois elas são responsáveis por criarem espaço para que os canais e os mecanismos de complementaridade sejam desenvolvidos e ativados durante a interação.

5.2 Canais para complementaridade

O desenvolvimento do arcabouço que explique por que as políticas de transferência de renda seriam complementares aos serviços produtivos está organizado em duas grandes dimensões. Essa organização parte da análise feita sobre os efeitos para a inclusão produtiva que as duas políticas exercem quando sozinhas ou quando juntas. Conforme já visto, apesar de as transferências de renda não serem capazes de afetar diretamente os resultados de empregabilidade e produtividade, elas são capazes de promover mudanças em duas dimensões importantes para a inclusão produtiva. A primeira dimensão corresponde ao contexto dos indivíduos para o acesso a oportunidades e a serviços produtivos. Isso quer dizer que as transferências, ao aliviar a pobreza, alteram fatores situacionais dos beneficiados – por exemplo, ao ter acesso a mais renda, a família passa a ter acesso a mais produtos ou serviços. Já a segunda dimensão afetada pela transferência é interna e corresponde ao próprio indivíduo beneficiado que, ao receber mais renda, percebe mudanças psicológicas, que levam a mudanças de atitudes e de comportamentos.

Reconhecendo como e onde as transferências são capazes de atuar, identifica-se que a interação com os serviços produtivos também acontece nessas mesmas duas dimensões. A partir disso, o arcabouço construído está dividido nesses dois grandes grupos de canais para a complementaridade, em que o primeiro se refere às condições oferecidas pela transferência para acessar oportunidades produtivas e o segundo se refere ao engajamento dos indivíduos em oportunidades produtivas. O primeiro grupo de canais irá retratar quais mudanças do contexto criam condições para que os serviços produtivos consigam ser acessados. Já o segundo grupo discute as mudanças psicológicas e comportamentais que levam a um maior engajamento do indivíduo por aproveitar oportunidades produtivas. Para cada grupo de canal há mais de um mecanismo apresentado e todos estão acompanhados de figuras que buscam representar a sequência de argumentos lógicos que compõe o respectivo modelo de mudança descrito.

5.2.1 Condições para o acesso efetivo às oportunidades

A primeira dimensão de canais para complementaridade consiste nas condições proporcionadas pela transferência de renda para o acesso efetivo às oportunidades de inclusão produtiva. Isto é, com as transferências, os beneficiados passam a ter acesso a bens, serviços e direitos sociais necessários para conseguir uma oportunidade de trabalho ou de geração de renda e, por fim, alcançar a própria autonomia. As transferências de renda buscam promover o alívio da pobreza e das restrições de liquidez das famílias, e diferentes desenhos dessa política mostram-se eficazes para isso, como já evidenciado por diferentes estudos (DFID, 2011; BARRIENTOS, 2012; BASTAGLI *et al*., 2016). A partir disso, famílias são capazes de garantir algumas das condições mínimas para acessar oportunidades (BARROS; MENDONÇA; TSUKADA, 2011).

Contudo, as transferências de renda conseguem proporcionar as condições necessárias por três mecanismos diferentes. O primeiro consiste em prover as condições mínimas a partir do consumo de itens capazes de aumentar o potencial produtivo dos indivíduos beneficiados. Já o segundo acontece por meio da previsibilidade financeira que a transferência de renda oferece às famílias beneficiadas, permitindo a ela ter o acesso a um tipo de seguro contra exposição de riscos a seu próprio bem-estar, sendo essa uma condição necessária para que mais pobres consigam explorar e acessar oportunidades produtivas. O último mecanismo trata da possibilidade de os indivíduos realizarem investimentos, seja a partir da redução da restrição a crédito financeiro, conseguindo se comprometer com despesas futuras, seja a partir da remuneração do tempo da família, que poderá ser utilizado e investido em atividades

promovidas por oportunidades produtivas. A seguir os três mecanismos serão apresentados e discutidos em profundidade.

5.2.1.1 Atender ao consumo produtivo

Com o alívio da pobreza, as famílias beneficiadas por uma transferência de renda eficaz são capazes de atender a um mínimo de suas necessidades básicas. Isso, por si só, já é um resultado importante para o bem-estar dos indivíduos. No entanto, o impacto da transferência de renda vai além, e tem efeito também para o consumo produtivo. Por definição, consideramos que "o consumo produtivo permite a satisfação das necessidades atuais e aumenta simultaneamente o potencial produtivo da mão de obra"[7] (STEGER, 2002, tradução livre).

Ao receberem as transferências, os mais pobres podem direcionar esse recurso para despesas que também são capazes de melhorar sua empregabilidade e de aumentar as chances de encontrar um trabalho. É muito comum que a inclusão produtiva crie despesas recorrentes adicionais ou exija investimentos financeiros para que aconteça. No caso dos mais pobres, a restrição de liquidez representa, portanto, uma barreira para acessar oportunidades.

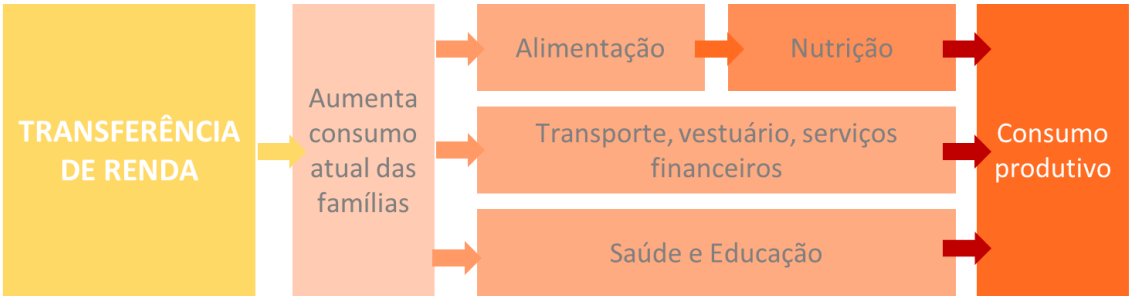
Para ilustrar, pode-se considerar como parte desse consumo produtivo o gasto com alimentos e com transporte para participar de um dia de capacitação profissional, por exemplo. A aquisição de roupas e uniformes laborais ou a compra de remédios para um problema de saúde também podem ser essenciais para suprir necessidades, ao mesmo tempo que permitem que os indivíduos acessem e participem de oportunidades produtivas. Tais gastos não só são básicos para a vida de qualquer pessoa como também são úteis para que a oportunidade de trabalho ou serviço produtivo seja acessada e aproveitada. Sem a transferência de renda, os mais pobres teriam mais dificuldades para realizar esse tipo de gasto, tornando oportunidades produtivas inacessíveis. "Com recursos insuficientes sequer para satisfazer suas necessidades mais básicas, as famílias pobres podem deixar de aproveitar oportunidades produtivas por falta de recursos para arcar com essas indispensáveis despesas adicionais" (BARROS; MACHADO, 2022, p. 22).

O uso dos recursos das transferências para atender totalmente ou parcialmente ao consumo produtivo é um dos mecanismos pelos quais as condições mínimas podem ser conquistadas para a inclusão produtiva. Como visto, quando famílias pobres estão com restrições de liquidez, tanto as necessidades básicas quanto seu potencial produtivo são

[7] "Productive consumption enables the satisfaction of current needs and simultaneously increases the productive potential of labor"

comprometidos. Combinar esse efeito das transferências com a oferta de serviços produtivos provavelmente aumenta a probabilidade de participação e de aproveitamento, promovendo o acesso efetivo a essa oportunidade produtiva. A Figura 4 ilustra os canais possíveis para que o mecanismo descrito, para o consumo produtivo, seja ativado.

Figura 4 – Mecanismos e canais do atendimento ao consumo produtivo



Fonte: elaborado pela autora.

5.2.1.2 Promover a segurança

Em um cenário de escassez financeira, as famílias enfrentam uma série de incertezas em relação a seu futuro. A situação de pobreza pode criar um contexto de instabilidade e insegurança, no qual as famílias não têm garantias sobre a magnitude, frequência ou até a existência da renda familiar, o que as torna extremamente vulneráveis. Essa falta de segurança existe pois não há garantia de que poderão atender às necessidades básicas mesmo no curto prazo, prejudicando o bem-estar atual delas.

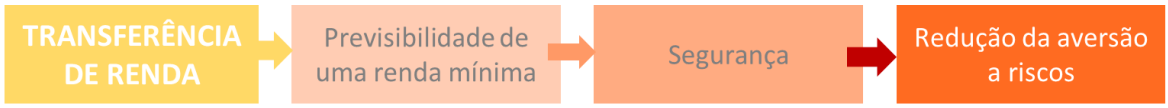
A segurança é uma condição necessária para que oportunidades produtivas consigam ser aproveitadas e acessadas de forma efetiva. Sem previsibilidade sobre a situação financeira, as escolhas familiares se baseiam sempre na incerteza e no elevado risco a que estão expostas. Todavia, as políticas públicas de transferência de renda têm o potencial de reduzir as incertezas das famílias mais pobres, devido à constância do repasse e ao conhecimento prévio do valor que será repassado. Assim, há a previsibilidade de um mínimo para a renda familiar que poderá garantir pelo menos parte das necessidades básicas atendidas. Os efeitos da previsibilidade para a família representam o acesso a uma renda segura e que pode ser útil principalmente para famílias que buscam gerar renda de forma autônoma.

Essa é uma importante condição para que aconteça a inclusão produtiva pela via do empreendedorismo. Em trabalhos por conta própria, as famílias estão expostas a choques do mercado e a flutuações de renda, independentemente da classe social a que pertencem. Contudo, como discutido anteriormente, no caso das famílias pobres, estar exposto a mais riscos devido

à atividade produtiva pode causar perdas muito significativas para seu bem-estar. Ter uma estabilidade financeira oferecida pelas transferências é uma condição que aumenta as chances de os mais pobres enfrentarem e superarem desafios, garantindo um seguro mínimo para até quando alcançarem a produtividade ideal para uma renda digna.

Dessa forma, as políticas de transferência de renda eficazes para esse mecanismo ser ativado devem ser transparentes e seguir regras de conhecimento anterior dos beneficiários. Assim, será possível que os mecanismos de previsibilidade e de estabilidade financeira às famílias mais pobres seja ativado. Com essa condição mínima de previsibilidade, as famílias têm a capacidade de gerenciar os próprios riscos, além de sentirem um aumento no bem-estar delas. Além disso, a segurança também tem o potencial de gerar mudanças de atitude nas famílias, que permitem a operação do segundo grupo de mecanismos de complementaridade, que será descrito mais a frente, mas que envolve aspectos da motivação para aproveitar serviços produtivos no futuro. Na Figura 5 está esquematizado o canal pelo qual a segurança é proporcionada e afetaria a inclusão produtiva.

Figura 5 – Mecanismos e canais para segurança



Fonte: elaborado pela autora.

5.2.1.3 Permitir investimentos

Além de aliviar a pobreza e permitir uma ampliação do consumo das famílias, a transferência de renda também proporciona uma redução da restrição de crédito das famílias. A partir do momento em que há o acesso a mais renda, através da transferência, é possível gerenciar o recurso recebido, permitindo que sejam realizados investimentos e despesas futuras. Dependendo da forma como é gerido recurso recebido, é possível que as famílias consigam se comprometer com investimentos e aquisições de bens ou produtos no médio prazo. Isso pode impulsionar a inclusão produtiva, por exemplo, no caso de um trabalho por conta própria – pode ser necessário adquirir ferramentas específicas, que somente com a possibilidade de crédito poderiam ser compradas. Ao adquirir esses bens, o trabalhador é capaz de aumentar sua empregabilidade e capacidade de produção. Dessa forma, a transferência de renda permite multiplicar a renda recebida, para aumentar o próprio potencial produtivo.

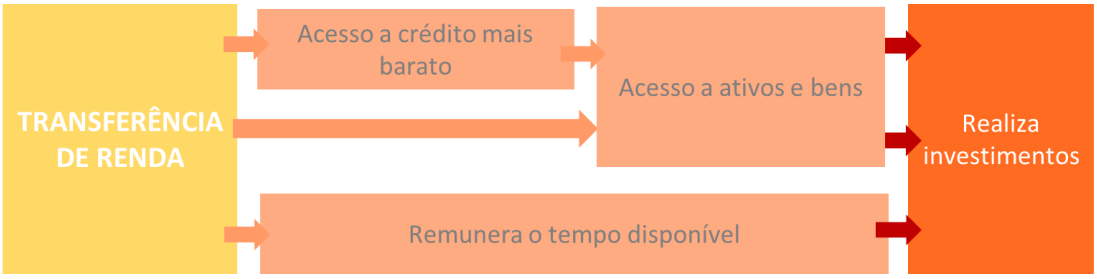
Outra forma de as transferências permitirem a realização de investimentos é a partir da facilitação do acesso a algumas opções de crédito existentes, no mercado formal ou informal. A partir do momento em que há a previsibilidade da renda, os prestadores de crédito passam a ver aquela família com um risco menor e, assim, o custo para obter qualquer tipo de financiamento ou empréstimo pode se tornar menor. Dessa forma, a transferência de renda se comporta como uma certificadora de que aquela família terá condições de se comprometer com pagamentos futuros, condição essa que ela não teria sem a transferência. Ter o acesso facilitado ao crédito será importante para ampliar ainda mais o potencial de investimento na própria capacidade produtiva, podendo ser uma ação complementar a diversos serviços produtivos oferecidos com o objetivo de aumentar empregabilidade e produtividade dos indivíduos.

Por fim, a transferência de renda também consegue permitir que outro tipo de investimento seja feito, o que é essencial para acessar serviços e oportunidades produtivas. Trata-se do investimento do tempo dos beneficiários em outras atividades. Como explicado em Barros e Machado (2022, p. 22), "o aproveitamento de oportunidades produtivas geralmente requer que a família se afaste de atividades tradicionais, que, embora menos produtivas, asseguram, no curto prazo, o atendimento de suas necessidades mais básicas".

O acesso a programas de capacitação profissional é um exemplo de serviço produtivo que pode ter seu aproveitamento impulsionado pela complementaridade com as transferências de renda. Capacitações exigem tempo e dedicação que só são possíveis quando há segurança de que, no curto prazo, as necessidades básicas estão assistidas. Logo, a transferência de renda pode significar para a família uma remuneração pelo tempo investido em atividades que podem levar a sua inclusão produtiva efetiva.

Os três mecanismos descritos geram um mesmo resultado, que é a ampliação da capacidade de realizar investimento, conforme ilustrado na Figura 6. Para acessar qualquer serviço produtivo, será importante ter as condições mínimas para fazer investimentos, seja um investimento em tempo, importante para se beneficiar de serviços que visam a promoção do capital humano, seja em bens e ativos, importantes para ampliar a capacidade produtiva de negócios autônomos.

Figura 6 – Mecanismos e canais para permitir investimentos



Fonte: elaborado pela autora.

5.2.2 Promoção do engajamento em oportunidades produtivas

Para que aconteça o aproveitamento de oportunidades produtivas, é necessário mais do que garantir as condições para o acesso efetivo: também é imprescindível que os indivíduos tenham motivação e perseverança.

> Oportunidades não são serviços dos quais podemos passivamente nos beneficiar. Ao contrário, para serem efetivas, as oportunidades requerem protagonismo, esforço e perseverança, sem o que não é possível alcançar sucesso na inclusão produtiva. (BARROS; MENDONÇA; TSUKADA, 2011, p. 5)

Essa motivação pode ser impulsionada através de canais de naturezas comportamental e psicológica dos indivíduos. As mudanças são desencadeadas pelos efeitos que o alívio da pobreza gera para a dimensão socioemocional dos beneficiários, trazendo mais incentivos para que busquem e aproveitem oportunidades produtivas.

5.2.2.1 Desenvolver aspirações para superar a pobreza

O último mecanismo identificado para complementaridade da transferência à inclusão produtiva está na mudança que ocorre na forma como os indivíduos passam a visualizar o próprio futuro, a partir do desenvolvimento de aspirações ampliadas para que superem a situação de pobreza. Esse mecanismo é desencadeado por processos que também podem ser reconhecidos como parte do empoderamento dos indivíduos. Na literatura sobre os impactos de políticas de transferência de renda é possível encontrar evidências suficientes que mostram o efeito positivo no empoderamento dos beneficiados, especialmente de mulheres (HANDA *et al*., 2009; DE BRAUW *et al*., 2014). Contudo, empoderamento é um conceito complexo, que se refere tanto a um resultado quanto a um processo de mudança. Duas definições são mais comumente utilizadas para tal: Kabeer (1999) define empoderamento como o processo pelo qual aqueles a quem foi negada a capacidade de fazer escolhas estratégicas sobre a vida

adquirem tal capacidade. Já Alsop, Bertelsen e Holland (2006) descrevem o empoderamento como a capacidade de um grupo ou de um indivíduo para fazer escolhas efetivas, isto é, fazer escolhas e depois transformá-las em ações e resultados desejados. A partir dessas definições, entende-se que o empoderamento tem como premissa a autoeficácia e o protagonismo dos indivíduos na própria vida. Apesar de se tratar de uma capacidade socioemocional, ela é algo que pode sofrer alterações através de diferentes mecanismos, inclusive a transferência de renda.

As transferências de renda têm o potencial de promover o empoderamento ao oferecerem às famílias o poder de decidirem e controlarem mais sua própria vida. Isso pode acontecer porque, ao receber mais recursos, as famílias passam a poder decidir sobre os gastos que precisam fazer ou que podem ser feitos para atender a seu próprio bem-estar. Com esse efeito direto da transferência, a capacidade de fazer escolhas passa a ser desenvolvida, assim como outras capacidades podem ser desenvolvidas a partir das decisões tomadas sobre o uso do recurso. O desenvolvimento de capacidades pode aumentar a percepção de autoeficácia e de protagonismo dos indivíduos, tornando evidente a capacidade que eles têm de realizar as ações que foram decididas ou de aprender como fazer isso com a prática, a partir do momento que possuem recursos financeiros que possibilitam isso. Entende-se que a autoeficácia seja uma capacidade importante que poderá afetar diretamente o perfil das decisões que os indivíduos tomam: por acreditarem que são capazes de alcançar resultados, ampliam as possibilidades consideradas para a própria trajetória de vida. Dessa forma, haverá a ampliação das aspirações que os indivíduos almejam para o próprio futuro. Para a inclusão produtiva, há a necessidade de os indivíduos acreditarem que eles próprios são capazes de superar a situação de pobreza, para que, assim, sejam incentivados a realizar esforços nas atividades oferecidas pelos serviços produtivos e tenham perseverança para superar os desafios que a inclusão produtiva impõe. Acredita-se que, o desenvolvimento de aspirações seja uma alavanca e um incentivo importante para a alocação de esforço, conforme visto em Appadurai (2004).

As outras duas formas por meio das quais a transferência consegue promover o empoderamento dos indivíduos são a partir da autoestima e do otimismo dos indivíduos. Ao transferir recursos, há a demonstração de que a sociedade se importa com os mais pobres, o que pode provocar uma mudança na autopercepção dos beneficiários, fazendo com que eles se sintam relevantes para a sociedade e vejam valor em si mesmos, ou seja, tenham um ganho de autoestima. A autoestima envolve o reconhecimento de seu próprio valor e, consequentemente, de suas próprias habilidades. O desenvolvimento da autoestima também permitirá que os indivíduos se acreditem merecedores de superar a situação de pobreza, desenvolvendo aspirações para tal.

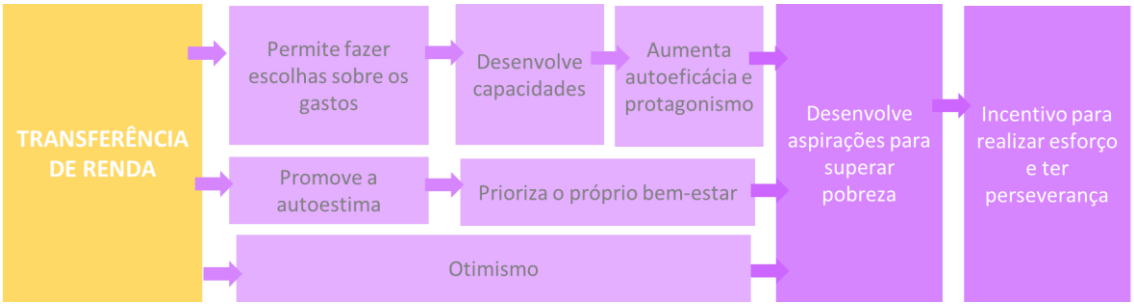
Já o otimismo é afetado a partir de condições externas que as transferências de renda provocam. Como visto no bloco anterior, a transferência proporciona melhores condições para os indivíduos, por atender suas necessidades básicas com o consumo, pela possibilidade de fazer investimentos, ou pela segurança proporcionada. Dessa forma, os indivíduos que percebem que as condições atuais estão melhores para seu desenvolvimento, também têm seu otimismo afetado, acreditando que o futuro poderá ser ainda melhor. Essa característica também aparece no que foi discutido anteriormente com a redução da aversão a riscos, mas ela se difere por ser uma capacidade mais ampla do que a aversão a riscos. O otimismo trata da esperança do indivíduo em superar a própria situação de pobreza. Essa crença, como discutido, é importante para que seja alocado o esforço que qualquer iniciativa para inclusão produtiva requer. Mesmo quando o indivíduo não tem a autoestima ou a autoeficácia necessária, o otimismo pode, sozinho, ser um canal suficiente que o leve a ter aspirações positivas para seu futuro. Contudo, caso ele tenha as três capacidades desenvolvidas, as aspirações e os incentivos podem ser ainda mais intensificados, aumentando a probabilidade de o indivíduo realizar os investimentos de tempo, esforço ou recurso para gerar renda de forma autônoma.

Os efeitos descritos nessas três capacidades – autoeficácia, autoestima e otimismo – fazem parte do processo de empoderamento dos indivíduos e do desenvolvimento de aspirações para que acreditem que podem transformar a própria realidade. Para o sucesso da inclusão produtiva, os indivíduos não só precisam estar preparados para realizar, que é o que serviços produtivos oferecem, mas também precisam acreditar que são capazes de fazer o que é necessário para sair dessa situação. Ter uma intervenção que consiga trabalhar essas habilidades socioemocionais de forma simultânea com serviços que aprimoram capital humano ou produtivo das famílias mais pobres pode garantir maior engajamento durante o atendimento do serviço, assim como maior resiliência para que realizem o investimento requerido para o acesso ao trabalho.

Por vezes, formuladores de políticas públicas acreditam que o recurso financeiro por si só já é o incentivo para que exista o engajamento e o esforço em atividades determinadas. Como exemplo disso, as transferências de renda condicionadas impõem uma série de requisitos para que crianças sejam matriculadas na escola ou, como no Chile, para que os adultos acessem algum tipo de serviço produtivo para serem beneficiados. Porém, o que esta sessão explica é que, ao ter o alívio da pobreza, capacidades socioemocionais são estimuladas a ponto de criarem os próprios incentivos a partir do desenvolvido de aspirações. Na Figura 7 há a ilustração dos canais que podem ser ativados pela transferência de renda para que sejam provocadas as mudanças que impulsionariam o esforço e o engajamento para a inclusão produtiva.

Compreender esses mecanismos psicológicos são importantes para que o desenho de programas de transferência tenha os incentivos necessários para serem ativados. Nesse sentido, os efeitos das transferências em capacidades socioemocionais ainda precisam de mais trabalho desenvolvido, assim como de outras políticas capazes em promover o alívio da pobreza.

Figura 7 – Mecanismos e canais para promoção do engajamento e do aproveitamento em oportunidades produtivas



Fonte: elaborado pela autora.

5.3 Limites para existir a complementaridade

Apesar de esse trabalho ter focado nos mecanismos e nos canais de complementaridade que podem ser aproveitados para aumentar a empregabilidade e a produtividade das pessoas, é importante ressaltar que é possível que a interação entre as políticas também provoque mecanismos negativos, ou seja, que na verdade desincentivem a inclusão produtiva.

Como limitação para que a complementaridade exista, é necessário considerar que a transferência de renda pode ter impacto no que é considerado salário reserva dos indivíduos que recebem. O salário reserva é um conceito utilizado para referir-se à remuneração mínima que alguém está disposto a receber para aceitar ou para se engajar em algum trabalho. O salário reserva é variável para cada indivíduo, mediante contexto e circunstância, mas é o valor que representa quando os benefícios do trabalho são capazes de superar os custos do esforço para o trabalho.

A transferência de renda é capaz de elevar o salário reserva dos beneficiários, dependendo do valor e das condições associadas à transferência – quando esse fenômeno ocorre é chamado de efeito-renda. Esse efeito faz com que dificilmente alguém esteja disposto a aceitar trabalhar por um valor que seja inferior ao valor do benefício já recebido. Isso pode ser positivo de certa forma, para indiretamente regular ou nivelar a remuneração oferecida em postos de trabalho aos mais pobres. Contudo, dependendo da magnitude da transferência de renda e do

contexto econômico, o mercado de trabalho pode ter dificuldades para cobrir a percepção de salário reserva. Em um cenário em que a transferência de renda representa uma magnitude maior do que a remuneração que pode ser oferecida localmente, a política se torna um desincentivo pela busca e pelo engajamento por trabalho, o que é negativo para que os indivíduos consigam superar a situação de pobreza e alcancem a própria autonomia.

Outra forma pela qual a transferência de renda também pode desincentivar os resultados de inclusão produtiva relaciona-se diretamente com os desenhos das transferências de renda, como discutido anteriormente na seção 5.1 sobre as premissas para a complementaridade. Quando uma transferência utiliza uma estratégia de focalização perfeita, qualquer renda adicional gerada através de uma inclusão produtiva bem-sucedida poderá ser penalizada com a desclassificação para receber o benefício. Há mecanismos possíveis para que o desenho da transferência não gere esse tipo de desincentivo de forma tão severa, podendo mitigar esse risco apresentado. Contudo, como observado já em Moya (2016), esse é um risco alto que prejudica o grupo de mecanismos sobre o engajamento dos indivíduos nos serviços e nas oportunidades produtivas.

Portanto, é importante ressaltar que, enquanto a transferência consegue promover o alívio da pobreza e criar mecanismos e canais capazes de interagir com outras políticas para que haja a superação, ela também pode, por outro lado, interferir de forma negativa para que os indivíduos sejam desincentivados a trabalhar. Essas variações decorrem principalmente pelo desenho e pelo contexto da política de transferência, que precisam ser considerados pelos formuladores de política pública.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi, além de argumentar sobre a possível existência da complementaridade entre políticas, propor e descrever o modelo de mudança pelo qual a complementaridade entre transferências de renda e serviços produtivos funcionariam para uma maior inclusão produtiva. A partir da compreensão sobre o conceito de complementaridade, entende-se que esse é um fenômeno no qual há um ganho de desempenho com a combinação das intervenções, criando um valor adicional que não se teria caso não houvesse a implementação simultânea entre elas. Dessa forma, a implementação conjunta de políticas públicas complementares representa um ganho de eficiência e de eficácia para a superação de desafios públicos. Compreender como se dá o processo dessa complementaridade se faz necessário para formular estratégias integradas que aproveitem esse potencial.

Conforme foi argumentado na conjectura principal dessa dissertação, a complementaridade entre transferências e serviços produtivos para aumentar o acesso ao trabalho pelos mais pobres aconteceria de forma assimétrica. Isto é: a transferência de renda dificilmente consegue gerar diretamente um impacto na empregabilidade e na produtividade dos mais pobres, mas, quando implementada junto com serviços produtivos, ela seria capaz de potencializar o efeito que esses serviços têm na inclusão produtiva. Considerando que tal fenômeno de complementaridade entre as políticas citadas partiu de uma conjectura baseada em experiências exitosas com essa abordagem, este trabalho realizou uma revisão sistemática da literatura, por meio da análise de estudos que buscaram confirmar a existência desse valor adicional, comparando os efeitos das ações combinadas com os efeitos das ações separadas em variáveis de empregabilidade e de produtividade.

Como resultado da revisão, foram encontrados quatro principais estudos, realizados no âmbito das políticas sociais da América Latina, capazes de estimar a diferença entre o impacto da interação entre políticas e o impacto dos serviços produtivos. Dentre os estudos, há evidências robustas sobre a complementaridade existente em variáveis de produtividade, principalmente no caso da inclusão produtiva rural. Um dos estudos se destaca por trazer resultados para o contexto brasileiro com relevância estatística e que estima uma considerável complementaridade entre Pronaf e Bolsa Família (GARCIA; HELFAND; SOUZA, 2016). Nesse caso, a complementaridade estimada tem uma potência bastante relevante, a ponto de cobrir os efeitos negativos estimados na produtividade para a transferência, quando implementada sozinha. Portanto, apesar da escassez de evidências capazes de estimar o poder

da complementaridade, Garcia, Helfand e Souza (2016) trazem resultados relevantes para sustentar a conjectura sobre esse fenômeno.

A partir da consolidação dessa hipótese, o trabalho se debruçou sobre o desenvolvimento de um arcabouço que explique como e porque a complementaridade acontece. Em resumo, os mecanismos ativados pela transferência de renda para impulsionar o desempenho dos serviços produtivos tratam de promover mudanças em duas importantes dimensões. A primeira trata de melhorar o ambiente no qual os mais pobres estão inseridos, permitindo que realizem pelo menos parte do próprio consumo produtivo, tenham maior segurança para assumir riscos e tenham melhores condições para fazer investimentos. Ou seja, a transferência altera fatores externos do indivíduo, tornando mais favorável que ele aproveite os serviços produtivos e tenha condições de alcançar a própria inclusão produtiva. Já a segunda grande mudança acontece no âmbito interno do indivíduo beneficiado, isto é, nas atitudes e em aspectos socioemocionais dos mais pobres. Tal mudança está refletida principalmente na forma como passam a visualizar a própria trajetória e o próprio futuro, de modo que a transferência teria a capacidade de promover perspectivas mais positivas para o próprio desenvolvimento, permitindo o surgimento de aspirações que incentivam a realização de esforço para que busquem a superação da pobreza.

Contudo, para que os mecanismos sejam ativados, há tanto premissas para a interação quanto implicações para o desenho de transferências de renda que sejam complementares aos serviços produtivos. Para a formulação da transferência de renda com potencial de ser complementar aos serviços produtivos, há quatro pontos que precisam ser considerados: a forma como ocorre, a previsibilidade, a magnitude do valor e a focalização. Os mecanismos descritos tratam de uma transferência de renda monetária, que oferece recursos financeiros a serem utilizados pelos beneficiários para o consumo próprio ou familiar, portanto não necessariamente essa discussão também se aplicaria para o caso de transferências de renda em formato de bens, como cestas básicas. Sobre a previsibilidade, foi argumentado que ela é um canal importante para viabilizar a inclusão produtiva, o que implica, para o desenho das transferências, em uma garantia de transparência para que o beneficiário saiba com clareza quando e quanto será recebido. O terceiro ponto trata da magnitude do valor da transferência, que, ao mesmo tempo que precisa ser suficiente para garantir que exista o alívio da pobreza, podendo assim ativar mecanismos importantes para complementaridade, também deve ser um valor que respeite os valores oferecidos pelo mercado de trabalho digno. Por último, a estratégia de focalização utilizada pelas transferências com maior potencial para ativar os mecanismos descritos é, primeiramente, compatível e não excludente à estratégia de focalização dos próprios

serviços produtivos e, segundamente, não poderia ser necessariamente perfeita, a fim de permitir a continuidade do apoio durante o processo de inclusão produtiva mesmo quando o beneficiado passa a gerar renda própria de forma independente.

O presente estudo teve como pretensão contribuir não somente para a organização do conhecimento que há sobre a interação entre políticas públicas, mas também, como discutido, tornar esse conhecimento aplicável para o aprimoramento das políticas sociais. Apesar das limitações encontradas, como a escassez de estudos empíricos capazes de estimar os efeitos da interação em diferentes contextos (por exemplo, o urbano), há também limitações que um estudo teórico apresenta para ser aplicável. A teoria aqui desenvolvida sobre os mecanismos e os canais ainda precisa ser testada empiricamente, a fim de confirmar ou refutar o funcionamento do modelo de mudança aqui proposto. Contudo, as evidências sistematizadas de diferentes estudos foram capazes de mostrar para o gestor público que a implementação conjunta e simultânea de transferências de renda e de serviços produtivos para os mais pobres parece ser uma estratégia eficiente para a inclusão produtiva e, com isso, para a superação da pobreza.

REFERÊNCIAS

ALDANA, U.; VÁSQUEZ, T.; YANCARI, J. **Sierra Sur y Juntos**: un análisis a partir de la implementación conjunta de estos dos programas en Chumbivilcas (Cusco, Perú). *In*: MALDONADO, Jorge Higinio *et al*. (comp.). **Protección, Producción, Promoción**: Explorando Sinergias Entre Protección Social Y Fomento Productivo Rural En América Latina. Bogotá: Universidad de los Andes, Facultad de Economía, cede, Ediciones Uniandes, 2016.

ALSOP, Ruth; BERTELSEN, Mette Frost; HOLLAND, Jeremy. **Empowerment in practice**: From analysis to implementation. [*S. l.*]: World Bank Publications, 2006.

APPADURAI, Arjun. The capacity to aspire: Culture and the terms of recognition. **Culture and public action**, v. 59, p. 62-63, 2004.

BANERJEE, A. *et al*. A multifaceted program causes lasting progress for the very poor: Evidence from six countries. **Science**, v. 348, n. 6236, p. 1260799, 2015.

BANERJEE, A.; DUFLO, E.; SHARMA, G. Long-term effects of the targeting the ultra poor program. **American Economic Review**: Insights, v. 3, n. 4, p. 471-486, 2021.

BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda; CORSEUIL, Carlos Henrique L. Bolsa Família, escolha ocupacional e informalidade no Brasil. **Texto para discussão Ipea**, n. 1948, abr. 2014. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3026/1/TD_1948.pdf. Acesso em: 16 set. 2023.

BARRIENTOS, A. Social transfers and growth: What do we know? What do we need to find out? **World Development**, v. 40, n. 1, p. 11-20, 2012.

BARROS, R. P.; MACHADO, L. M. **Diretrizes para o desenho de uma política para a superação da pobreza**. São Paulo: Insper, 2022. Disponível em: https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2022/12/superacao-da-pobreza.pdf. Acesso em: 16 set. 2023.

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R.; TSUKADA, R. Portas de saída, inclusão produtiva e erradicação da extrema pobreza no Brasil. Brasília: Presidência da República; Secretaria de Assuntos Estratégicos, 2011. (Série Chamada para Debate: Textos para Discussão)

BASTAGLI, Francesca *et al*. **Cash transfers**: what does the evidence say. A rigorous review of programme impact and the role of design and implementation features. London: Overseas Development Institute, 2016.

BAZZI, Samuel; SUMARTO Sudarno; SURYAHADI, Asep. Evaluating Indonesia's Unconditional Cash Transfer Program 2005-6. **3IE Evaluation Report**, October 2012. Disponível em: https://www.3ieimpact.org/sites/default/files/2019-05/ow176_finalreport_Indonesia_unconditional_cashtransfer.pdf. Acesso em: 16 set. 2023.

BISWAS, Tapan. A note on complementarity over time. **The Review of Economic Studies**, v. 43, n. 1, p. 179-181, 1976. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/2296611. Acesso em: 16 set. 2023.

BLATTMAN, C. *et al*. **Cognitive behavior therapy reduces crime and violence over 10 years**: Experimental evidence. [*S. l.*]: National Bureau of Economic Research, 2022.

BOSSUROY, T. *et al*. Pathways Out Of Extreme Poverty: Tackling Psychosocial And Capital Constraints With A Multi-faceted Social Protection Program In Niger. Washington, DC: World Bank, 2021. (Policy Research Working Paper, no. 9562).

BRUNE, L. *et al*. Social protection amidst social upheaval: Examining the impact of a multi-faceted program for ultra-poor households in Yemen. **Journal of Development Economics**, v. 155, p. 102780, 2022.

BURCHI, F.; STRUPAT, C. **Unbundling the impacts of economic empowerment programmes**: evidence from Malawi. Bonn: Deutsches Institut für Entwicklungspolitik, 2018. (Discussion Paper 32/2018).

CAMPELLO, Tereza; FALCÃO, Tiago; COSTA, Patricia Vieira da. **O Brasil sem miséria**. Brasília: MDS, 2014. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_sem_miseria/livro_obrasilsemmiseria.pdf. Acesso em: 16 set. 2023.

CARVALHO, Mirela. **Direitos universais – gastos focalizados**: A focalização como instrumento para universalizar direitos sociais. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

CAVALCANTI, Daniella Medeiros. **Avaliação dos impactos do programa Bolsa Familia na renda, na educação e no mercado de trabalho de famílias pobres do Brasil**. 2013. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/14085/1/Avalia%C3%A7%C3%A3oImpactosPrograma_Cavalcanti_2013.pdf. Acesso em: 16 set. 2023.

CHINEN, Marjorie *et al*. Vocational and business training to improve women's labour market outcomes in low-and middle-income countries: A systematic review. **Campbell Systematic Reviews**, v. 13, n. 1, p. 1-195, 2017.

CHOOI, Byounggu; POON, Simon K.; DAVIS, Joseph G. Effects of knowledge management strategy on organizational performance: A complementarity theory-based approach. **Omega**, v. 36, n. 2, p. 235-251, 2008.

DAIDONE, S. *et al*. **Lesotho's Child Grant Programme**: 24-month impact report on productive activities and labour allocation. Lesotho country case study report. Rome: FAO, 2014

DE BRAUW, Alan et al. The impact of Bolsa Família on women's decision-making power. World Development, v. 59, p. 487-504, jul. 2014. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X13000491. Acesso em: 16 set. 2023.

DFID. **Cash Transfers Literature Review**. London: Department for International Development, 2011.

FERNANDEZ, M. *et al.* Efectos sinérgicos entre el Ingreso Ético Familiar (IEF) y los programas de apoyo al emprendimiento en Chile, 2012-2014. *In*: MALDONADO, Jorge Higinio *et al*. (comp.). **Protección, Producción, Promoción**: Explorando Sinergias Entre Protección Social Y Fomento Productivo Rural En América Latina. Bogotá: Universidad de los Andes, Facultad de Economía, cede, Ediciones Uniandes, 2016.

FOGUEL, Miguel Nathan; BARROS, Ricardo Paes. The effects of conditional cash transfer programmes on adult labour supply: an empirical analysis using a time-series-cross-section sample of Brazilian municipalities. **Estudos econômicos**, v. 40, n. 2, 2010. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ee/article/view/36005. Acesso em: 16 set. 2023.

GARCIA, F.; HELFAND, S. M.; SOUZA, A. P. Transferencias Monetarias Condicionadas Y Políticas De Desarrollo Rural En Brasil: Posibles Sinergias Entre Bolsa Familia Y El Pronaf. *In*: MALDONADO, Jorge Higinio *et al*. (comp.). **Protección, Producción, Promoción**: Explorando Sinergias Entre Protección Social Y Fomento Productivo Rural En América Latina. Bogotá: Universidad de los Andes, Facultad de Economía, cede, Ediciones Uniandes, 2016.

GOBIN, V. J.; SANTOS, P.; TOTH, R. Poverty graduation with cash transfers: a randomized evaluation. **Department of Economics Discussion Paper**, n. 23, 2016.

GUERRA, A. L. **Estado, garantia de renda e geração de oportunidades**: a estratégia da Prefeitura de Osasco no período 2005-2012. 2017. 197 f. Tese (Doutorado) – Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2017.

HANDA, S. *et al*. Opening up Pandora's box: the effect of gender targeting and conditionality on household spending behavior in Mexico's Progresa Program. **World Development**, v. 37, n. 6, p. 1129-1142, 2009.

HECKMAN, James. Life cycle consumption and labor supply: An explanation of the relationship between income and consumption over the life cycle. **The American Economic Review**, v. 64, n. 1, p. 188-194, mar. 1974. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/1814894. Acesso em: 16 set. 2023.

HICKS, John R.; ALLEN, Roy GD. A reconsideration of the theory of value. Part I. **Economica**, v. 1, n. 1, p. 52-76, 1934.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: PNAD 2000-2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: PNAD-C 2014-2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População**: Censo Demográfico. Rio de Janeiro: IBGE, 2022b.

KABEER, Naila *et al*. **The conditions and consequences of choice**: reflections on the measurement of women's empowerment. Geneva: UNRISD, 1999.

MACOURS, Karen; VAKIS, Renos. Changing Households' Investment Behaviour through Social Interactions with Local Leaders: Evidence from a Randomised Transfer Programme. **The Economic Journal**, n. 124, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/262574002_Changing_Households'_Investment_Be

haviour_through_Social_Interactions_with_Local_Leaders_Evidence_from_a_Randomised_Transfer_Programme. Acesso em: 16 set. 2023.

MILGROM, Paul; ROBERTS, John. Complementarities and fit strategy, structure, and organizational change in manufacturing. **Journal of accounting and economics**, v. 19, n. 2-3, p. 179-208, 1995.

MOYA, A. Programas para la reducción de la pobreza rural en Colombia: una evaluación de las sinergias entre Oportunidades Rurales y Familias en Acción. *In*: MALDONADO, Jorge Higinio *et al*. (comp.). **Protección, Producción, Promoción**: Explorando Sinergias Entre Protección Social Y Fomento Productivo Rural En América Latina. Bogotá: Universidad de los Andes, Facultad de Economía, cede, Ediciones Uniandes, 2016.

NAUDE, A. Y. *et al*. El programa de combate a la pobreza y las políticas de desarrollo rural en México: evaluación de impactos y opciones de políticas alternativas. *In*: MALDONADO, Jorge Higinio *et al*. (comp.). **Protección, Producción, Promoción**: Explorando Sinergias Entre Protección Social Y Fomento Productivo Rural En América Latina. Bogotá: Universidad de los Andes, Facultad de Economía, cede, Ediciones Uniandes, 2016.

PRONATEC: Uma análise crítica sobre três avaliações de impacto. **Cadernos de Estudos**: Desenvolvimento Social em Debate, n. 30, p. 35-47, 2018. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/ferramentas/docs/caderno_estudos_30.pdf. Acesso em: 16 set. 2023.

ROELEN *et al*. How to make ‘cash plus’ work: Linking cash transfers to services and sectors. **Innocenti Working Papers**, n. 10, 2017.

SAMUELSON, Paul A. Complementarity: An essay on the 40th anniversary of the Hicks-Allen revolution in demand theory. **Journal of Economic literature**, v. 12, n. 4, p. 1255-1289, 1974. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/2722379. Acesso em: 16 set. 2023.

SANFELIÚ, M. B.; ÁNGEL, A.; SHI, M. A. Transferencias monetarias condicionadas y desarrollo rural en El Salvador. *In*: MALDONADO, Jorge Higinio *et al*. (comp.). **Protección, Producción, Promoción**: Explorando Sinergias Entre Protección Social Y Fomento Productivo Rural En América Latina. Bogotá: Universidad de los Andes, Facultad de Economía, cede, Ediciones Uniandes, 2016.

SEDLMAYR, R.; SHAH, A.; SULAIMAN, M. Cash-plus: Poverty impacts of alternative transfer-based approaches. **Journal of Development Economics**, v. 144, p. 102418, 2020.

STEGER, Thomas M. Productive consumption, the intertemporal consumption trade-off and growth. **Journal of Economic Dynamics and Control**, v. 26, n. 6, p. 1053-1068, 2002.

STOEFFLER, Q.; MILLS, B.; PREMAND, P. Poor households’ productive investments of cash transfers: quasi-experimental evidence from Niger. **Journal of African Economies**, v. 29, n. 1, p. 63-89, 2020.

TEIXEIRA, Clarissa Gondim. A heterogeneity analysis of the Bolsa Família Programme effect on men and women's work supply, **International Policy Centre for Inclusive Growth (IPC-IG) Working Paper**, n. 61, 2010. Disponível em: https://www.econstor.eu/bitstream/10419/71807/1/637797493.pdf. Acesso em: 16 set. 2023.

VAHDAT, V. S. *et al*. **Inclusão produtiva no Brasil**: evidências para impulsionar oportunidades de trabalho e renda. São Paulo: Fundação Arymax, Fundo Pranay, Instituto Veredas, 2019.

YI, Ilcheong; SOHN, Hyuk-Sang; KIM, Taekyoon. Synergistic interactions between social policy and sses in developing countries: Interfaces in discourse and practice. **Development and Society**, v. 47, n. 2, p. 313-340, 2018.

APÊNDICE A – LEVANTAMENTO INICIAL DE ESTUDOS

Estudos	Título	Tipo de documento
Aldana, Vásquez e Yancari (2016)	Sierra Sur y Juntos: un análisis a partir de la implementación conjunta de estos dos programas en Chumbivilcas (Cusco, Perú)	Capítulo de livro
Banerjee *et al*. (2015)	A multifaceted program causes lasting progress for the very poor: Evidence from six countries	Artigo
Banerjee, Duflo e Sharma (2021)	Long-Term Effects of the Targeting the Ultra Poor Program	*Working paper*
Blattman *et al*. (2022)	Cognitive Behavior Therapy Reduces Crime and Violence Over 10 Years: Experimental Evidence	*Working paper*
Bossuroy *et al*. (2021)	Tackling Psychosocial and Capital Constraints with a Multi-faceted Social Protection Program in Niger	*Working paper* e artigo
Brune *et al*. (2022)	Social protection amidst social upheaval: Examining the impact of a multi-faceted program for ultra-poor households in Yemen	*Working paper* e artigo
Burchi e Strupat (2018)	Unbundling the Impacts of Economic Empowerment Programmes: Evidence from Malawi	*Discussion paper*
Fernandez *et al*. (2016)	Efectos sinérgicos entre el Ingreso Ético Familiar (IEF) y los programas de apoyo al emprendimiento en Chile, 2012-2014	Capítulo de livro
Garcia, Helfand e Souza (2016)	Transferencias Monetarias Condicionadas Y Políticas De Desarrollo Rural En Brasil: Posibles Sinergias Entre Bolsa Familia Y El Pronaf	Capítulo de livro
Gobin, Santos e Toth (2016)	Poverty graduation with cash transfers: a randomized evaluation	*Discussion paper*
Guerra (2017)	Estado, garantia de renda e geração de oportunidades: a estratégia da Prefeitura de Osasco no período 2005-2012	Monografia (doutorado)
Macours e Vakis (2014)	Changing Households' Investment Behaviour through Social Interactions with Local Leaders: Evidence from a Randomised Transfer Programme	Artigo
Moya (2016)	Programas para la reducción de la pobreza rural en Colombia: una evaluación de las sinergias entre Oportunidades Rurales y Familias en Acción	Capítulo de livro
Naude *et al*. (2016)	El programa de combate a la pobreza y las políticas de desarrollo rural en México: evaluación de impactos y opciones de políticas alternativas	Capítulo de livro
Roelen *et al*. (2017)	How to Make ‘Cash Plus’ Work: Linking Cash Transfers to Services and Sectors	*Working paper*
Sanfeliú, Ángel e Shi (2016)	Transferencias monetarias condicionadas y desarrollo rural en El Salvador	Capítulo de livro
SedImayr, Shah e Sulaiman (2020)	Cash-plus: Poverty impacts of alternative transfer-based approaches	Artigo
Stoeffler *et al*. (2018)	Poor Households’ Productive Investments of Cash Transfers: Quasi-experimental Evidence from Niger	Artigo
Yi, Sohn e Kim (2018)	Synergistic Interactions Between Social Policy and SSEs in Developing Countries	Artigo

APÊNDICE B – VARIÁVEIS DE RESULTADO OBSERVADAS NOS ESTUDOS PRÉ-SELECIONADOS

	Variáveis de resultado observadas	
Estudos	**Empregabilidade e participação**	**Produtividade**
Banerjee *et al.* (2015)	Total de horas trabalhadas	Renda do trabalho remunerado
Banerjee, Duflo e Sharma (2021)	Tempo dedicado a atividades produtivas	Salários
Garcia, Helfand e Souza (2016)	Taxa de trabalhadores na família	Renda gerada pela atividade agrícola, produtividade da terra
Fernandez *et al.* (2016)	Taxa de participação laboral dos integrantes do domicílio	Renda autônoma gerada, *per capita*
Moya (2016)	Número de trabalhadores familiares, horas trabalhadas	Produção agrícola
Burchi e Strupat (2018)	Começou negócio próprio não agrícola	Vendas, lucros, kg vendido *per capita*
Guerra (2017)	Colocação no mercado de trabalho formal	-
Bossuroy *et al.* (2021)	-	Receita de salários, receita de negócios próprios
Macours e Vakis (2014)	-	Renda de trabalho autônomo, renda de atividades comerciais, renda de salários agrícolas
Aldana, Vásquez e Yancari (2016)	-	Renda do trabalho agrícola
Brune *et al.* (2022)	-	Renda do trabalho remunerado, lucro do negócio próprio, receita de atividade agrícola
Sanfeliú, Ángel e Shi (2016)	-	Renda gerada pela atividade agrícola, produtividade da terra